

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2026

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90006/2026

(UASG) ÓRGÃO GERENCIADOR

UASG: 926720 – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PR

OBJETO

FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS ORIGINAIS E GENUÍNAS, LUBRIFICANTES, FLUIDOS, ADITIVOS E AFINS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA DO CIRUSPAR – SAMU 192 SUDOESTE DO PARANÁ, COM VALORES BASEADOS NO SISTEMA AUDATEX.

VALOR PERCENTUAL DE DESCONTO PARA O PROCESSO

Desconto Mínimo sobre a tabela Audatex 20%

DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 25/06/2026 às 08:00 HORAS (Horário de Brasília)

ENDEREÇO PARA ACESSO:

<https://www.gov.br/compras/pt-br>

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM, OBSERVANDO O DESCONTO MÍNIMO ACEITÁVEL DE 20% SOBRE A TABELA AUDATEX.

MODO DE DISPUTA:

ABERTO/ FECHADO

PREGÃO ELETRÔNICO CONTENDO ITENS EXCLUSIVOS PARA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE E ITENS DE AMPLA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS EM GERAL.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

LEI 14.133/2021, ARTIGO 28, INCISO I

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGÊNCIAS DO SUDOESTE DO PARANÁ CIRUSPAR
EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 6/2026
PROCESSO Nº 12/2026
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 90006/2026

É de fundamental importância a leitura integral e minuciosa do Edital e seus Anexos, bem como da legislação pertinente. Este Edital contempla as inovações trazidas pela Nova Lei de Licitações 14.133/2021, portanto, é indispensável que os licitantes conheçam a nova legislação.

1. PREÂMBULO

– *O Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgências do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR*, Estado do Paraná, UASG Nº 926720, através de sua Diretora Geral, a Sra. **Kelly Cristine Custódio dos Santos**, torna público aos interessados, que realizará licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, e de conformidade com as disposições contidas na Lei Federal nº 14133 de 01 de abril de 2021, Lei complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores e, torna público aos interessados, que realizará Licitação na modalidade de ***pregão eletrônico contendo itens exclusivos para participação de microempresa e empresa de pequeno porte e itens de ampla participação de empresas em geral***, que tem por objeto a implantação de Registro de Preços para o objeto abaixo, nas condições fixadas neste Edital, sendo a licitação do tipo “Desconto Mínimo sobre a tabela Audatex 20%”, com critério de julgamento “maior percentual de desconto por item”.

Em conformidade com os preceitos da Lei Federal nº 14133 de 01 de abril de 2021, Lei complementar nº 123/06 e suas alterações posteriores e pelas demais normas específicas aplicáveis ao objeto, ainda que não citadas expressamente, e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública de Pregão Eletrônico, acessado exclusivamente por meio eletrônico - <https://www.gov.br/compras/pt-br>, horário oficial de Brasília - DF, conforme segue:

1.2.1 - A SESSÃO PÚBLICA SE INICIARÁ ÀS 08 H (HORAS) DO DIA 25 DE JUNHO DE 2026.

1.3 - Referências de Tempo: Para todas as referências de tempo será observado o horário oficial de Brasília - DF.

1.4 - O pregão eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Portal COMPRASGOVBR através do site: - <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.5 - Os trabalhos serão conduzidos por servidor do CIRUSPAR, denominado Pregoeiro (a), designado pela Resolução nº 14/2026.

1.6 - O inteiro teor do Edital e seus anexos poderão ser retirados gratuitamente (em mídia digital) junto ao Setor de Licitações, na Sede do CIRUSPAR, no horário de expediente, das 08h00min às 12h00min e 13h00min às 17h00min, na Rua Assis Brasil, nº 608, Vila Isabel, em Pato Branco - PR, ou pelos sites: <http://ciruspar.pr.gov.br/licitacoes> / <https://www.gov.br/compras/pt-br> / <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

Demais informações, fones: (46) 3272-1220, e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

2. DO OBJETO

2.1 - A presente licitação tem como objeto a Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças automotivas originais e genuínas, lubrificantes, fluidos, aditivos e afins, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota do CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná, com valores baseados no Sistema Audatex. Conforme descrição do ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

2.2 - Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços.

2.3 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

2.4 - A presente licitação contém itens de participação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte e itens de ampla participação de empresas em geral.

2.5 - As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a contratante desobrigada da aquisição total dos produtos, e consequentemente do seu pagamento.

2.6 - A existência do registro de preços não obriga o CIRUSPAR a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário deste

registro de preços a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2.7- A empresa contratada deverá atender as solicitações do CIRUSPAR mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade de fornecimento dos materiais observando os limites máximos estimados.

2.8 - O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

3. CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderá participar deste Pregão, qualquer empresa legalmente constituída com ramo de atividade compatível com o objeto desta Licitação desde que satisfaça as exigências do Edital e esteja previamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2 - Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF e proceder ao seu credenciamento de acordo com os procedimentos do Sistema.

3.3 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou que aqueles se tornaram desatualizados.

3.4 - Além de ser exclusiva e formalmente responsável pelas transações efetuadas em seu nome, a licitante assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da Licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6 - A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.4 - NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA PRESENTE LICITAÇÃO

4.4.1 - Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu (s) anexo (s).

4.4.2 - Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a Licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

4.4.3 - Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a Licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

4.4.4 - Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da Licitação, impossibilitada de participar da Licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

4.4.4.1 - O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante ou ainda, a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.4.5 - Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.4.6. - Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

4.4.7 - Pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.4.8 - Agente público do órgão ou entidade licitante.

4.4.9 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

4.4.10 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, da Licitação ou da execução do Contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.11 - Os interessados que se encontrem sob falência ou estejam em processo de dissolução ou liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição.

4.5 - Será permitida a participação de empresas sob o regime de consórcio, obedecidas às condições dispostas no art. 15 da Lei 14.133/2021.

4.6 - Empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, ou reunidas sob a forma de consórcio, podem apresentar somente uma proposta, sob pena de rejeição de todas.

4.7 - As empresas que participarem da Licitação, isoladamente ou em consórcio, deverão examinar completamente os projetos, as peças gráficas, as especificações técnicas, memoriais e todos os documentos, obtendo todas as informações necessárias sobre qualquer ponto duvidoso do objeto, se responsabilizando inteiramente pela apresentação da planilha de serviços para uma proposta de preços completa e satisfatória.

4.8 - A empresa que optar por participar em Consórcio não poderá concorrer nesta Licitação como integrante de outros Consórcios ou isoladamente, seja diretamente, seja indiretamente, por empresa pertencente ao mesmo Grupo Econômico (controle societário comum).

4.9 - O Consórcio vencedor deverá ser formalmente constituído e registrado antes da assinatura do Contrato de Prestação de Serviços, sendo que o registro deverá ser feito nos termos do art. 15, §3º da Lei 14.133/2021, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

4.10 - É obrigatória a apresentação e cumprimento, por todos os integrantes do Consórcio, dos documentos e requisitos de habilitação na forma prevista neste Edital e seus anexos, sob pena de inabilitação do Consórcio.

4.11 - A inabilitação de qualquer empresa integrante do Consórcio acarretará a automática inabilitação deste.

4.12 - As empresas reunidas em consórcios, ainda deverão atender às seguintes condições:

a) Deverá ser apresentada indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender as condições de liderança.

b) A empresa líder deverá ter poderes de representação do Consórcio perante terceiros, sem prejuízo da responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;

I - No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

c) As empresas que optarem por participar em consórcio deverão apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, a comprovação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados;

d) O termo de compromisso deverá definir o percentual de participação de cada um dos consorciados, bem como, conter cláusula definindo que as participantes responderão solidariamente por todos os atos praticados pelas partes, seja durante as fases da Licitação ou durante a execução do Contrato, que dela eventualmente decorra;

e) Os consorciados responderão em conjunto e isoladamente por todos os atos do CONSÓRCIO;

f) Não será admitida a inclusão, a substituição, a retirada, a exclusão ou, ainda, a alteração nos percentuais de participação dos membros consorciados a partir da data da entrega dos envelopes até a assinatura do Contrato;

g) Após a assinatura do Contrato, não poderá o CONSÓRCIO ter a sua composição ou constituição alterada, ou sob qualquer forma modificada, sem prévia e expressa autorização.

5. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

5.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021 ou solicitar esclarecimentos sobre seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias antes da data abertura do Pregão.

5.2 - Incumbe ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor requisitante do processo, decidir sobre os pedidos de impugnação ou esclarecimento, que serão divulgados em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

5.4 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

5.5 - O termo de impugnação deverá ser protocolado junto ao CIRUSPAR, na Rua Assis Brasil, nº 608, Vila Isabel, em Pato Branco-PR, ao Pregoeiro responsável ou encaminhado via e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br

5.5.1 - Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o pregoeiro para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.

5.5.2 - O pregoeiro não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do CIRUSPAR quanto do emissor.

5.6 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante ou cidadão que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização do Pregão.

5.7 - A impugnação não possui efeito suspensivo.

5.7.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.8 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5.9 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto se, inquestionavelmente, a alteração decorrente do acolhimento não comprometer a formulação das propostas.

6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA NO SISTEMA

6.1 - Os licitantes encaminharão exclusivamente pelo sistema, por meio de chave de acesso e senha, proposta com a descrição do objeto/serviço ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta.

6.2 - Serão consideradas inválidas as propostas e documentos de habilitação apresentadas por quaisquer outros meios.

6.3 - O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional, com até 02 (duas) casas decimais (0,00).

6.3.1 - Para fins de agilidade e economicidade dos recursos públicos, aqueles proponentes que oferecerem lances/propostas com mais de 2 (duas) casas decimais, terão suas propostas finais reajustadas, sem prévia consulta, sendo desconsiderado o 3º (terceiro) e/ou demais dígitos, sem arredondamento.

6.4 - O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6.5 - No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

I - Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

II - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

III - Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

IV - Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

6.6 - O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6.1 - No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2 - Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.6.3 - O licitante organizado em sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7 - A falsidade da declaração de que trata os itens 6.4 e 6.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

6.8 - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9 - Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10 - Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no edital e seus anexos, descrevendo as **características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema e o preço ofertado.**

6.11 - Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12 - Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, fretes e carretos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o CIRUSPAR.

6.13 - **EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E**

NO PORTAL COMPRAS GOV, PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.

- 6.14** - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema.
- 6.15** - Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.
- 6.16** - A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.17** - Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

7. ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DOS LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO.

- 7.1** - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicado neste edital.
- 7.1.1** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.1.2** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.2** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.3** - Os lances deverão ser ofertados em “MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM”.
- 7.3.1** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01% (um centésimo percentual).
- 7.3.2** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.4** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.5** - O licitante somente poderá oferecer lance de percentual superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.6** - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.7** - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação das licitantes antes do término da fase de lances.
- 7.8** - Para o envio de lances do presente processo, o modo de disputa será o modo “ABERTO E FECHADO”.
- 7.8.1** - Neste modo, a etapa de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.
- 7.8.2** - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 7.8.3** - Após a etapa de que trata o subitem 7.8.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de maior desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.8.3.1** - No procedimento de que trata o subitem 7.8.3, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 7.8.4** - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 7.8.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no subitem 7.8.3.1.
- 7.8.5** - Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente de desconto.
- 7.9** - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 7.9.1** - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.9.2** - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados

pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.9.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.9.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.9.5 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.9.6 - Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, nos termos do item anterior, será adotada, **sucessivamente**, a seguinte ordem de critérios de desempate:

I – Disputa final, hipótese em que, identificado o empate pelo sistema, o pregoeiro convocará os licitantes empatados para apresentação de nova proposta, conforme regras do sistema Compras.gov.br;

II - Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

III - Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade;

IV - Empresas estabelecidas no Estado do Paraná;

V - Empresas brasileiras.

7.9.6.1 - Caso a aplicação dos critérios previstos no item 7.9.6 não seja suficiente para solucionar o empate, será realizado **sorteio eletrônico**, automaticamente, pelo próprio sistema Compras.gov.br.

7.9.6.2 - Para fins de utilização do critério de desempate previsto no inciso II do item 7.9.6, o licitante deverá apresentar documentação comprobatória que evidencie o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho conforme IN SEGES Nº 382/2025 do Ministério das Mulheres.

7.9.6.2.1 - A licitante que se beneficiar do critério de desempate previsto no inciso II do item 7.9.6 e **não apresentar documentação comprobatória válida** será **inabilitada**.

7.9.6.3 - A Administração esclarece que, **não havendo regulamentação específica no âmbito deste órgão** acerca do programa de integridade como critério de desempate, conforme previsão do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, as empresas que se beneficiarem do critério previsto no inciso III do item 7.9.6 deverão apresentar, na fase de habilitação, **documentos que comprovem a existência e a efetiva implementação do programa de integridade**, ficando sujeitas a **eventuais auditorias e verificações** pelos órgãos de controle competentes (CGU).

7.9.6.3.1 - A licitante que se beneficiar do critério de desempate previsto no inciso III do item 7.9.6 e **não comprovar documentalmente a existência do programa de integridade** será **inabilitada**.

7.9.7 - A licitante inabilitada por falta de comprovação conforme itens 7.9.6.2.1 e 7.9.6.3.1, será inabilitada apenas para os itens em que usufruiu do benefício como critério de desempate.

7.10 - Finalizada a etapa de julgamento das propostas, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e constantes no item 3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - SICAF;

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br>);

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br>);

IV - Licitantes Inidôneos – mantido pelo Tribunal de Contas da União e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e

V - Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

7.11 - Finalizadas as etapas de lances e eventual desempate, será iniciado o procedimento de verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, à compatibilidade do desconto final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital, momento em que o Pregoeiro poderá realizar negociação, encaminhando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o maior desconto ofertado (lance ou proposta), para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.11.1 - A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser registrada por meio de chat ou em campo próprio da plataforma.

7.11.2 - A negociação somente poderá versar sobre as condições previstas neste Edital, sendo vedada a alteração do objeto, das exigências técnicas ou dos critérios de habilitação.

7.11.3 - A proposta final negociada deverá ser formalizada no sistema, em seu campo exclusivo de negociação, e posteriormente por meio do envio da proposta ajustada, contendo os novos valores e todas as condições exigidas, no

prazo e forma definidos no item 8 deste Edital.

7.11.4. - O pregoeiro poderá convocar, por meio do chat da sessão pública no sistema eletrônico, qualquer licitante remanescente, respeitada a ordem de classificação, para fins de negociação do valor proposto, especialmente nos casos em que a proposta vigente esteja acima do valor estimado para a contratação ou quando as propostas anteriores tenham sido desclassificadas.

7.11.5. - A partir da convocação no chat, a licitante terá o prazo de 2 (duas) horas para manifestar formalmente seu interesse em negociar.

7.11.6. - Havendo manifestação no prazo, a negociação será conduzida pelo pregoeiro e os valores eventualmente ajustados serão registrados em campo próprio do sistema eletrônico, para aceite formal da licitante.

7.11.7. - Após o aceite dos novos valores, será solicitada a proposta ajustada, contendo a descrição do objeto, o valor final acordado e todas as demais condições exigidas neste Edital e seus anexos, observando o prazo fixado no item 8.1.

7.11.8. - A ausência de manifestação no prazo de 2 (duas) horas contadas da convocação no chat será interpretada como desinteresse na negociação, resultando na desclassificação da proposta.

7.12 - **NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO ITEM 1.2 DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTE EDITAL.**

7.13 – Quando os itens estiverem agrupados, deverão ser considerados, para o envio dos lances e das propostas, os **valores de referência unitários**, e não o valor global do grupo.

7.13.1 – Ainda que a empresa vencedora apresente valor global inferior, **não serão aceitas propostas com valores unitários superiores aos valores estimados**, tendo em vista que a contratação poderá ocorrer de forma fracionada.

7.13.2 – Havendo item do grupo com valor superior ao estimado, a licitante vencedora será convocada para negociação, nos termos do item 7.11 e respectivos subitens.

7.14 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

I - Contiver vícios insanáveis;

II - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

III - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

8. DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 - Após a etapa de lances, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar proposta ajustada ao valor final ofertado, contendo a descrição detalhada do objeto e demais condições ofertadas, no prazo de até 2 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do pregoeiro.

8.1.1 - A licitante poderá solicitar, dentro do prazo previsto no subitem 8.1, a prorrogação por igual período, uma única vez, mediante justificativa via sistema.

8.1.2 - Caberá ao pregoeiro decidir, de forma motivada, sobre o deferimento do pedido de prorrogação.

8.1.3 - Pedidos de prorrogação apresentados após o término do prazo inicial serão indeferidos, independentemente da justificativa apresentada.

8.1.4 - A não apresentação da proposta ajustada no prazo fixado ou na prorrogação autorizada implicará a desclassificação da proposta, nos termos deste Edital.

8.2. - Caso a licitante classificado em primeiro lugar figure como vencedora provisória em mais de um item do certame, o pregoeiro poderá realizar a convocação para envio da proposta ajustada em apenas um desses itens.

8.2.1 - Nessa hipótese, a licitante deverá apresentar uma única proposta ajustada contemplando todos os itens em que tiver sido declarada vencedora provisória, com a indicação dos respectivos valores finais ofertados, em conformidade com as exigências deste Edital.

8.2.2 - A critério do pregoeiro, caso a licitante seja convocada novamente para novos itens, poderão ser aceitas propostas ajustadas enviadas separadamente para esses itens, desde que contenham todos os documentos e informações exigidas. Caso a licitante opte por reunir o novo item à proposta anterior já enviada, também será admitido, desde que respeitados todos os termos editalícios e do Termo de Referência.

8.2.3 - O envio da proposta ajustada unificada, ou das versões separadas aceitas pelo pregoeiro, deverá respeitar os prazos e condições estabelecidas nos subitens 8.1 a 8.1.2 deste Edital.

8.2.4 - O não envio da proposta ajustada dentro do prazo estipulado, ou na prorrogação autorizada, implicará na desclassificação da licitante em todos os itens nos quais figure como vencedora provisória e que façam parte da mesma convocação.

8.2.5 - Caso a proposta ajustada já tenha sido apresentada em atendimento a convocação anterior, e a licitante venha a ser convocada novamente para envio de nova proposta referente a outros itens, eventual desclassificação por inércia na segunda convocação abrangerá apenas os itens nela incluídos, permanecendo válida a proposta ajustada anteriormente encaminhada, desde que esteja em conformidade com os termos deste Edital e do Termo de

Referência.

8.3 - A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotos vencidos, marca/modelo (quando for o caso), quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO IV deste edital.

8.3.1 - A empresa ou o consórcio deverá apresentar proposta contendo preço em todos os itens objeto deste processo.

8.3.2 - A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.4 - Para fins de julgamento de proposta, será considerada a proposta final ajustada enviada pela licitante, privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, a licitante terá a faculdade de alterar a marca, modelo e/ou fabricante no momento do envio da proposta ajustada, em relação ao que foi originalmente indicado no cadastramento da proposta inicial no sistema.

8.4.1 - Após o envio da proposta ajustada contendo marca, modelo e/ou fabricante, não será permitido realizar alterações subsequentes.

8.4.2 - A marca, modelo e/ou fabricante deverá respeitar as especificações técnicas exigidas no edital, garantindo a compatibilidade com o objeto licitado e a qualidade mínima requerida.

8.4.3 - A indicação da marca e/ou do fabricante poderá constar na proposta ajustada, em documentos complementares enviados junto com a proposta (como catálogos, fichas técnicas, declarações, entre outros), ou ainda no campo próprio da plataforma do sistema eletrônico. Quando a marca estiver claramente identificada em qualquer desses meios, será considerada válida para todos os fins, desde que haja coerência entre os elementos apresentados.

8.4.4 - A ausência de indicação direta da marca no corpo da proposta escrita não será motivo para desclassificação, desde que a informação conste de forma inequívoca nos documentos complementares apresentados ou no sistema eletrônico, e desde que atendidas todas as especificações do Termo de Referência.

8.4.5 - Caso a mesma microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora provisória de itens constantes da cota exclusiva para ME/EPP e da ampla concorrência, referentes ao mesmo objeto, e apresente valores diferentes para cada um, o pregoeiro solicitará, por meio do campo de negociação da plataforma, que o item com valor mais elevado seja ajustado para o menor valor ofertado entre eles.

8.4.6 - O ajuste de que trata o subitem anterior deverá ser formalizado pela licitante no sistema, com posterior envio da proposta ajustada unificada, contendo os dois itens com os respectivos valores compatibilizados, em observância ao princípio da vantajosidade e ao disposto no §3º do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015.

8.4.7 - A não apresentação da proposta com os valores equalizados, nos termos desta cláusula, ensejará a desclassificação da licitante apenas no(s) item(ns) em que foi exigido o ajuste para compatibilização, ou seja, naqueles cujo valor era superior e deveria ser igualado ao menor.

8.5 - O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, comunicar via chat a suspensão da sessão pública. Nesta comunicação, será informado o motivo da suspensão, bem como a nova data e horário previstos para a retomada, sempre que for necessário garantir o tempo adequado para análise de catálogos, folders, amostras, ou quaisquer outros documentos ou elementos que exijam avaliação pela equipe técnica antes da aceitação final das propostas.

8.5.1 - Quando o objeto da licitação impossibilitar a definição imediata da data de retomada da sessão no momento da suspensão, o Pregoeiro deverá, posteriormente, comunicar a nova data e horário com, no mínimo, 24 horas de antecedência. Essa comunicação será realizada via chat e publicada no quadro de avisos da sessão, assegurando ampla divulgação aos licitantes.

8.6 - Juntamente com a proposta de preços ajustada, a empresa convocada deverá apresentar **catálogos, fichas, declarações do fabricante, certificados emitidos por órgãos oficiais (ex.: INMETRO, ANVISA, etc.),** ou qualquer outro documento solicitado, que comprove as **especificações técnicas do objeto licitado,** conforme descrito no Termo de Referência.

8.6.1 - A documentação apresentada nos termos do item 8.6 será submetida à **análise do setor técnico demandante,** responsável pela verificação de conformidade com as exigências do Termo de Referência.

8.6.2 - A exigência de apresentação da documentação prevista no item 8.6 estará expressamente indicada no descritivo de cada item, quando aplicável, como condição para aprovação da proposta.

8.6.3 - Ainda que não haja exigência expressa da documentação prevista no item 8.6, caso o licitante a apresente voluntariamente em complemento à proposta, o pregoeiro deverá encaminhá-la ao setor técnico para análise prévia à decisão quanto à aceitação da proposta.

8.6.4 – Sempre que houver análise técnica da documentação prevista no item 8.6, os respectivos **pareceres de aprovação ou reprovação** serão disponibilizados a todos os licitantes, por meio de **ambiente eletrônico compartilhado**.

8.6.4.1 – Após a conclusão da análise técnica, o pregoeiro deverá informar, no chat da sessão pública, a disponibilização dos pareceres, bem como fornecer **link de acesso** ao ambiente eletrônico compartilhado, assegurando a transparência e o acompanhamento por todos os licitantes.

8.7 – Para aprovação das propostas, a apresentação da documentação relativa aos itens descritos no item 8.5 poderá ser dispensada, a critério da equipe técnica, nos casos de produtos, marcas ou similares que já sejam de seu conhecimento.

8.8 - Identificadas inconsistências, divergências, erros ou a ausência de documentos exigidos neste Edital, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, solicitar esclarecimentos ou o reenvio dos arquivos corrigidos por meio de diligência.

8.8.1- O prazo para atendimento à diligência, seja para envio de esclarecimentos, de proposta ajustada ou de qualquer outro documento solicitado, será de até 2 (duas) horas, contadas a partir da solicitação formal do pregoeiro por meio do sistema.

8.8.2- A licitante poderá solicitar, dentro do prazo previsto no subitem 8.8.1, a prorrogação por igual período, uma única vez, mediante justificativa formal.

8.8.3- Caberá ao pregoeiro decidir, de forma motivada, sobre o deferimento do pedido de prorrogação apresentado pela licitante.

8.8.4- Pedidos de prorrogação apresentados após o término do prazo inicial serão indeferidos, independentemente da justificativa apresentada.

8.8.5- A não apresentação das informações ou documentos solicitados em diligência, no prazo fixado ou na prorrogação autorizada, implicará na desclassificação da proposta, nos termos deste Edital.

8.9 - Ultrapassada a fase do julgamento de proposta, serão analisadas as condições de habilitação definidas no edital.

8.10 - A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

9.1 - A empresa que teve sua proposta de preços ajustada APROVADA, será convocada via chat pelo (a) Pregoeiro (a), para no prazo de até 02 (duas) horas úteis, encaminhar os documentos de habilitação. Toda a documentação de habilitação poderá ser encaminhada concomitantemente com a proposta ou encerrada a fase de lances, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar poderá complementar ou substituir a documentação exigida, dentro do prazo fixado pelo pregoeiro, não inferior a 02 (duas) horas, na forma prevista neste Edital, em formato digital, exclusivamente por meio do sistema.

9.2 - É facultado o (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, uma única vez, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de findo o prazo ou de ofício, quando constatado que o prazo estabelecido é insuficiente para o envio da documentação.

9.3 - Poderão ser solicitados também, documentos de habilitação complementares, desde que necessários à confirmação daqueles exigidos em Edital e já apresentados, dentro do prazo estabelecido no item anterior.

9.4 - Em caso de comprovação de indisponibilidade do sistema, será reaberto o prazo pelo pregoeiro (a) para envio dos documentos solicitados sem prejuízo aos prazos constantes no item 9.1 e 9.2.

9.5 - Identificadas inconsistências, divergências, erros ou a ausência de documentos exigidos neste Edital, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, solicitar esclarecimentos ou o reenvio dos arquivos corrigidos por meio de diligência, conforme item 8.8 e seus subitens.

9.6 - Encerrado o prazo determinado, sem que os documentos tenham sido anexados ou a documentação esteja incompleta, o licitante será inabilitado.

9.7- A HABILITAÇÃO DO LICITANTE SERÁ AFERIDA POR INTERMÉDIO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS

9.7.1 – Declaração unificada da licitante, assinada pelo seu representante legal, de que não pesa contra si inidoneidade expedida por órgão público, de qualquer esfera de governo, bem como Declaração cumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e Declaração de comprometimento de manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do contrato e de que não existe em seu quadro de empregados, servidor (es) público (s) da contratante, exercendo função(ões) de gerência, administração ou tomada de decisões (opção de modelo no ANEXO V).

9.7.2 - Declaração de enquadramento de micro empresa ou empresa de pequeno porte (opção de modelo no ANEXO VI);

9.8 - A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- I - registro comercial, no caso de empresa individual.*
- II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor ou a última alteração contratual, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.*
- III - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.*
- IV - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.*
- V - Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;*

9.9 - A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

- I - prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF)**.*
- II - prova de inscrição no **Cadastro de Contribuinte Estadual ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede da proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.*
- III - prova de **regularidade para com a Fazenda Federal (Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS) Estadual e Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei.*
- IV - prova de **regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.*
- V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, emitida eletronicamente através do site <http://www.tst.jus.br>.*

9.10 - A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á:

- I - **Certidão Negativa de Falência e Concordata**, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou por unidade regional competente, quando for o caso, **dentro do prazo de validade**; na ausência de indicação de validade na própria certidão, será considerada válida aquela emitida há, no máximo, **120 (cento e vinte) dias** contados da data de sua emissão.*

9.11- As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar n 123/2006 e alterações.

9.12 - Em se tratando de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, as empresas nesta condição serão declaradas habilitadas sob condição de regularização da documentação no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública.

9.13 - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.14 - Serão aceitas como prova de regularidade para com o Fisco, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

9.15- Será considerada Microempresa aquela que tiver auferido, no exercício social anterior, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), e Empresa de Pequeno Porte aquela que tenha auferido receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), nos termos da Lei Complementar n 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas posteriores alterações.

9.16- Conforme rege a Lei Complementar n.º 155/2016, as microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo quando houver irregularidade.

9.17.1 - Nos termos do art. 43 § 1.º da Lei Complementar n.º 155/2017, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da declaração do proponente como vencedor, prorrogável por igual período, a critério do pregoeiro (a), para a regularização mediante pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.17.2 - A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à assinatura da ata de registro de preços, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.18 - Havendo superveniência de fato impeditivo, fica o licitante obrigado a declará-lo, sob as penalidades legais cabíveis.

9.19 - Como condição para celebração do Contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

9.20 - É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.21 - A verificação pelo Pregoeiro (a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.22 - Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.23 - Com o objetivo de garantir a transparência no processo licitatório, após a consulta dos documentos de habilitação da licitante previamente classificada como vencedora, seja por meio do SICAF ou de sítios eletrônicos oficiais, o Pregoeiro deverá dar publicidade à documentação, disponibilizando-a por meio de link compartilhado no chat da sessão pública, acessível a todos os participantes.

9.24 - Caso a própria licitante já tenha dado publicidade aos documentos de habilitação ou nos casos em que a documentação tenha sido apresentada em atendimento à diligência solicitada pelo Pregoeiro via chat da sessão, será dispensada a realização do procedimento descrito no item 9.23.

10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 - A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação.

10.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.4 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.5 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação, após a fase de julgamento das propostas e habilitação;

10.6 - Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.7 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8 - O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.9 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.10 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.11 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sistema Compras.Gov.Br e no sítio eletrônico oficial do CIRUSPAR, através do portal da transparência.

11. DA ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o CIRUSPAR convocará o adjudicatário no prazo **de até 05 (cinco) dias úteis, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21.** A ata será encaminhada exclusivamente no e-mail apresentado na proposta de preços.

11.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que ocorra dentro do prazo inicial e o motivo justificado e aceito pela Administração.

11.3 - A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

11.4 - Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de referência.

11.5 - O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados no PNCP e no Portal de transparência do CIRUSPAR.

11.6 - A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

11.7 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, nos termos do subitem anterior, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1 - Será incluído, como anexo da ata de registro de preços, o registro dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação, com a finalidade de formação de

cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas seguintes hipóteses:

- I - quando o fornecedor registrado descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
- II - quando o fornecedor sofrer sanção prevista no inc. III, quando aplicada pelo CONSÓRCIO, ou pelo IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21;
- III - quando o fornecedor não aceitar o preço revisado pela administração;
- IV - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
- V - No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração.

12.2 - Para fins de formação de cadastro de reserva, será considerada a manifestação realizada pelas empresas no momento da convocação para formação do cadastro de reserva no sistema Compras.gov, quando da homologação do certame pela autoridade competente.

13. DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.1 - A entrega das peças ou lubrificantes, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade, e será formalizada através de solicitação formal pelo setor requisitante.

13.2 - Os pedidos serão efetuados exclusivamente via e-mail, devendo a Contratada informar na proposta de preços um único e-mail para o qual os pedidos deverão ser encaminhados.

13.3 - O envio do pedido no e-mail informado na proposta será considerado como recebido e lido não podendo o fornecedor alegar desconhecimento.

13.4 - Os pedidos serão efetuados, de acordo com a necessidade, nas quantidades determinadas, através da Solicitação de Fornecimento e Nota de Empenho.

13.5 – **Após solicitação, o fornecedor deverá entregar os materiais solicitados com máxima urgência, pois as ambulâncias devem ficar paradas o menor tempo possível, sendo um prazo máximo de dez (10) dias úteis.**

13.5.1 - **Casos extraordinários referentes a ampliação ao prazo de entrega deverão ser comunicados previamente e justificados para análise do fiscal da Ata de Registro de Preços.**

13.6 – As peças automotivas, lubrificantes, aditivos, fluidos e materiais afins fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, e compatíveis com as especificações técnicas e recomendações dos fabricantes dos veículos pertencentes à frota do CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná.

13.6.1 - As peças automotivas deverão ser genuínas ou originais de primeira linha, visando assegurar a qualidade, segurança e confiabilidade das manutenções realizadas nas ambulâncias e veículos administrativos, evitando falhas prematuras e defeitos decorrentes da utilização de materiais inadequados.

13.6.2 - Entende-se por peça genuína o produto homologado pela montadora para aplicação na linha de montagem do veículo, contendo identificação da fabricante no produto e/ou embalagem, comprovando submissão ao controle de qualidade da montadora e condição de produto novo.

13.6.3 - Entende-se por peça original de primeira linha o componente novo fabricado por empresa fornecedora das montadoras, comercializado também no mercado varejista de autopeças, observando os mesmos padrões de qualidade e especificações técnicas exigidos pelos fabricantes dos veículos.

13.6.4 - Os lubrificantes, aditivos, fluidos e materiais afins deverão ser originais e atender integralmente às normas técnicas, classificações e especificações exigidas pelos fabricantes dos respectivos veículos.

13.7 – **Os materiais deverão ser entregues nas cidades de Pato Branco/PR, Francisco Beltrão/PR e Realeza/PR, conforme endereço apontado pelo fiscal no momento da solicitação.**

13.8 - A entrega deverá conter a quantidade total solicitada, não sendo permitida entregas parceladas, sob pena de devolução do objeto entregue incompleto, bem como aplicação das penalidades previstas no edital, salvo em casos autorizados expressamente pelo fiscal da Ata.

13.9 - A licitante deve obedecer aos prazos estipulados, encaminhar orçamento detalhado dos materiais, acessórios e afins, com o preço real unitário e total, bem como o percentual de desconto aplicado e o valor unitário e total, deduzido o desconto adjudicado no certame, com a devida identificação/código para aferição junto à tabela (Audatex) pelo servidor designado para tal fim, momento este que será efetivado sua confirmação, e posterior liberação para compra.

13.10 - Ocorrendo divergências entre o orçamento e a tabela/referência do fiscal, será comunicada a empresa para revisão do mesmo, que deverá ser realizada sempre considerando os prazos previamente estipulados neste instrumento.

13.11 - O CIRUSPAR poderá recusar qualquer material quando entender que o mesmo, ou que os componentes empregados não sejam os especificados, ou quando entender que esteja irregular.

13.12 - Recebimento Provisório: Será recebido o objeto PROVISORIAMENTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis depois da entrega dos itens, nos termos do Art. 140, II, “a” da Lei 14.133/2021, mediante inspeção sumária do objeto pelo fiscal do contrato.

13.12.1 - O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando o Fornecedor vencedor a reparar e corrigir eventuais vícios, defeitos ou incorreções que porventura forem detectados, na forma da Lei vigente.

13.12.2 - O recebimento provisório ou definitivo dos equipamentos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.

13.12.3 - A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.

13.12.4 - A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos que porventura forem entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do objeto.

13.12.5 - Na substituição dos materiais supra referidos, a reposição será no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do dia seguinte ao da notificação da inconformidade.

13.13 - Recebimento Definitivo: Findado o recebimento provisório, será recebido o objeto DEFINITIVAMENTE, nos termos do Art. 140, II, “b”, da Lei 14.133/2021.

13.14 - A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Ata de Registro de preços.

13.15 - Não serão aceitos, em hipótese alguma, a entrega do serviço / objeto com especificação diversa a contida na Ata de Registro de Preços.

13.16 - As quantidades/valores da contratação são estimados, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a contratante desobrigada da aquisição total dos produtos, e consequentemente do seu pagamento.

13.17 - A contratada deverá comunicar imediatamente a contratante, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega dos materiais.

13.18 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado a partir da publicação no PNCP e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme preconiza o artigo 84, da Lei 14.133/21.

14 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1 - Os pagamentos serão efetuados após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos produtos atestados na Nota Fiscal pelo recebedor.

14.2 - A NOTA FISCAL deverá vir com o objeto minuciosamente descrito em conformidade com o empenho, onde estão descritas as respectivas individualidades de cada um, e nos termos da instrução normativa 1234/12, da RFB que dispõe sobre o IR retido na fonte, requer seja destacado na nota fiscal a alíquota e valor do IR a ser retido.

14.3 - Constatados erros, divergências ou outra falha nos documentos apresentados à cobrança pela proponente Contratada, os pagamentos ficarão retidos até que seja realizada a correção dos problemas.

14.4 - Os pagamentos decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

15 - 03.001.10.122.0003.2003.3.3.90.30.00 Manutenção da Coordenação de Administração

3.3.90.30.39.01 – Pneus

3.3.90.30.39.03 – Baterias

3.3.90.30.39.05 - Lonas e pastilhas de freio

3.3.90.30.39.99 - Outros materiais para manutenção de veículos

3.3.90.30.01.06 - Lubrificantes e aditivos automotivos

14.5 - Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo se verificar a existência de saldo.

14.6 - O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada.

14.7 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRC para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

14.8 - Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

14.9 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.10 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

14.11 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida

pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação

14.12 - Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CIRUSPAR, será aplicada correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365 \text{ EM} = I \times N \times VP$$

Onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento.

15 DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

15.1 - Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução.

15.2 - Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a entidade gerenciadora convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

15.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

15.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

15.3 - Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados, fica facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - A possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - A modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública; e

III - Seja demonstrada nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

15.4 - A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao gestor do contrato a análise e deliberação a respeito do pedido.

15.5 - Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

15.6 - Na hipótese do cancelamento do registro de preços, a administração poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

15.7 - Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

15.8 - Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

15.9 - Liberado o fornecedor, a administração poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

15.10 - Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

15.11 - Não havendo êxito nas negociações, a administração deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - O Fornecedor terá seu registro Cancelado Quando:

16.1- A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.

16.2 - Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa:

16.2.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

16.2.2 - Recusar o recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

16.2.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

16.3 - For declarado inidôneo ou impedido em licitar ou contratar com o CIRUSPAR ou qualquer um dos municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

16.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata de Registro de Preços pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

17. ANTICORRUPÇÃO

17.1 - As licitantes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução do contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

18. SANÇÕES

18.1 - O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

III - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

VIII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

18.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4 - A multa a ser recolhida, calculada na forma do edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1.

18.5 - O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens I, II e III do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CONSÓRCIO pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.6 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada o responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens IV, V, VI, VII e VIII do subitem 18.1, bem como pelas infrações dos subitens I, II e III do item 18.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referido no item 18.5, e

impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.7 - A sanção estabelecida no subitem IV do item 18.2, será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima competente do CIRUSPAR;

18.8 - As sanções previstas nos subitens I, III e IV do item 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II do mesmo item.

18.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

18.10 - A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONSÓRCIO.

18.11 - Da aplicação das sanções previstas no item 18 caberá recurso nos termos dos artigos 166, 167 e 168 caput da Lei 14.133/2021.

18.12 - Todas as notificações, intimações, comunicados e outros atos, serão efetuados exclusivamente via e-mail, através do e-mail informado pela licitante para envio dos atos oficiais em seus documentos de habilitação.

18.13 - Os e-mails enviados pelo CIRUSPAR ao e-mail informado pela licitante serão considerados como recebidos e lidos não podendo o fornecedor alegar desconhecimento posteriormente.

18.14 - Os prazos concedidos para respostas, defesas e recursos, serão considerados a partir do próximo dia útil da data de envio do e-mail pelo CIRUSPAR.

19 - DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

19.1 - Poderão utilizar-se desse Registro de Preços todos os setores do CIRUSPAR.

20 - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que a interpretação não viole a lei e não comprometa o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro (a) e os licitantes.

20.3 - Será facultado ao Pregoeiro (a) ou à autoridade superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive parecer técnico ao requerente do certame com relação aos produtos cotados, bem como solicitar aos órgãos competentes, elaboração de parecer técnico destinado a fundamentar a decisão.

20.3.1 - O Pregoeiro (a) poderá, ainda, relevar erros formais, ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação da proponente, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos da licitação e não gerem a majoração do preço proposto.

20.4 - Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro (a).

20.5 - As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.

20.6 - Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

20.7 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no CIRUSPAR, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

20.9 - A autoridade competente poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba às Licitantes direito à indenização.

20.10 - A anulação do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado o disposto no art. 149 da Lei 14.133/2021.

20.11 - O resultado da licitação será divulgado na sua íntegra pelo Portal COMPRASGOV e através do site <http://ciruspar.pr.gov.br> / <https://www.gov.br/compras/pt-br> / <https://www.gov.br/pncp/pt-br> estará disponível junto ao Setor de Licitações do Consórcio.

20.12 - No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

- 20.13** - É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.
- 20.14** - As licitantes deverão indicar ao Pregoeiro(a) todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.
- 20.15** - Caso o sistema eletrônico desconectar para o Pregoeiro (a) no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.
- 20.16** - CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PREGOEIRO VIA CHAT.
- 20.17** - Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasgov que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 20.18** - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência.
- 20.19** - EM CASO DE DIVERGÊNCIA, EM RELAÇÃO AO DESCRITIVO CONSTANTE NO EDITAL E NO PORTAL COMPRASGOV PREVALECERÁ O DESCRITIVO DO EDITAL.
- 20.20** - Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o Foro da Comarca de Pato Branco - PR.
- 20.21** - Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro(a).
- 20.22** - Fazem parte deste Edital:
- 20.22.1** - ANEXO I - Termo de Referência.
- 20.22.2** - ANEXO II - Estudo Técnico Preliminar.
- 20.22.3** - ANEXO III – Ata de Registro de Preços.
- 20.23.3** - ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preços.
- 20.23.4** - ANEXO V - Declaração de Cumprimento do Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil;
- 20.23.5** - ANEXO VI - Declaração para Microempresa e empresa de Pequeno Porte.

Pato Branco, 10 de junho de 2026.

Kelly Cristine Custódio dos Santos
Diretora Geral do CIRUSPAR

ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA
1. DEFINIÇÃO DO OBJETO.

1.1 – A Presente licitação tem o objeto a Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças automotivas originais e genuínas, lubrificantes, fluidos, aditivos e afins, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota do CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná.

1.2– NATUREZA

As peças automotivas e lubrificantes são classificados como bens de natureza comum.

1.3– QUANTITATIVO

1.3.1 - Os quantitativos refere-se a valores estimado como saldo para aquisição das peças.

Item	Especificação	Percentual mínimo de desconto %	Valor Total Estimado R\$
1	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Elétricas, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14977 CATMAT 446573	20,00%	60.427,35
2	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Elétricas, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14978 CATMAT 446573	20,00%	10.318,51
3	AMPLA PARTICIPAÇÃO EMPRESAS EM GERAL Peças Mecânicas, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14979. CATMAT 446573	20,00%	349.132,28
4	AMPLA PARTICIPAÇÃO EMPRESAS EM GERAL Peças Mecânicas, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14980. CATMAT 446573	20,00%	242.814,46
5	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Chapeação, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14981. CATMAT 446573	20,00%	15.238,55
6	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Chapeação, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14982. CATMAT 446573	20,00%	32.128,12
7	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Ar condicionado, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14983. CATMAT 446573	20,00%	27.704,83
8	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Ar condicionado, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód.14984. CATMAT 446573	20,00%	45.023,67
9	AMPLA PARTICIPAÇÃO EMPRESAS EM GERAL Lubrificantes aditivos, fluidos e afins, Originais com base de preços na tabela do sistema Audatex. Cód.21684 - CATMAT 446936	20,00%	145.925,02
TOTAL DO EDITAL			R\$ 928.712,79

1.3.2 - O percentual de desconto ofertado pelos licitantes incidirá exclusivamente sobre os valores de referência das peças automotivas, lubrificantes, fluidos, aditivos e materiais afins constantes na Tabela Audatex vigente à época da solicitação/fornecimento. O desconto proposto não será aplicado sobre os valores estimados constantes no item 1.3.1, os quais possuem caráter meramente estimativo para fins de reserva orçamentária e julgamento da licitação, mas sim sobre os valores unitários efetivamente praticados e atualizados na referida base de dados técnica.

1.3.3 - No percentual de desconto ofertado deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento dos materiais, incluindo despesas operacionais, logísticas, fretes, tributos, encargos fiscais,

trabalhistas, previdenciários, comerciais e demais custos incidentes, de modo que o valor final contratado seja suficiente para a perfeita execução do objeto, sem quaisquer ônus adicionais para a Administração.

1.3.4 - As peças estão sendo licitadas para a manutenção dos seguintes veículos, podendo ser incorporados ao presente processo veículos que venham a ser adquiridos pelo CIRUSPAR após a realização da presente licitação:

Veículo	Ano/Modelo	Placa	Combustível	Tipo
Renault Master	2010/2010	AVK-7372	Diesel	Ambulância
Renault Master	2010/2010	AVU-0394	Diesel	Ambulância
Renault Master	2010/2010	AVB-7280	Diesel	Ambulância
Renault Master	2015/2016	AZL-6277	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2015/2016	AZL-8183	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2019/2020	BDO-5B99	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2019/2020	BDY-7A65	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2019/2020	BDY-2D26	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TAK-2E45	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TAJ-8I41	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TAR-5D74	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TAW-8J39	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBB3F95	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBR7A37	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBK7E41	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBK7E38	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBJ7E87	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBJ7F14	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBP2D97	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBM7H15	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBQ6D44	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBR4C80	Diesel S10	Ambulância
Renault Master	2024/2025	TBJ7F17	Diesel S10	Ambulância

Veículo	Ano/Modelo	Placa	Combustível	Tipo
Fiat Doblô Adventure	2012/2013	AVN-3573	Flex	Veículo Administrativo
Fiat Ducato	2019/2019	BDS-9F36	Diesel	Ambulância
Fiat Ducato	2019/2019	BDS-9F39	Diesel	Ambulância

Veículo	Ano/Modelo	Placa	Combustível	Tipo
Peugeot Boxer	2015/2016	BBE-3668	Diesel S10	Ambulância

Veículo	Ano/Modelo	Placa	Combustível	Tipo
Citroën Jumper	2014/2014	AZW-9819	Diesel S10	Ambulância

Veículo	Ano/Modelo	Placa	Combustível	Tipo
Chevrolet Spin	2017/2017	FCP-6604	Flex	Veículo Administrativo

Veículo	Ano/Modelo	Placa	Combustível	Tipo
Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCD-9851	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCC-4451	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BBY-3537	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCC-8741	Diesel S10	Ambulância

Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCC-4420	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCC-4479	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCF-3806	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDH-6G02	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDC-4C32	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDC-4C31	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDG-5H14	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDE-2I82	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDE-3E78	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDI-3S11	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDL-6A58	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 415	2019/2019	BDY-7A64	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 416	2021/2022	SDP-9H60	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 416	2021/2022	SEJ-6B34	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 416	2022/2022	SFF-9A84	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 416	2022/2022	SFF-8A36	Diesel S10	Ambulância
Mercedes-Benz Sprinter 416	2022/2022	SFE-3A56	Diesel S10	Ambulância

Veículo	Ano/Modelo	Placa	Combustível	Tipo
Nissan Frontier	2011/2012	AUK-2G31	Diesel S10	Veículo Administrativo

1.3.5 - As especificações técnicas dos lubrificantes, aditivos, fluidos e materiais afins foram definidas de acordo com as normas e recomendações dos fabricantes dos veículos que compõem a frota do CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná. Os produtos fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas exigidas pelos respectivos fabricantes. Ressalta-se que, em razão da dinâmica operacional da frota, poderão ser utilizados futuramente materiais diversos dos atualmente listados, desde que compatíveis com as exigências técnicas e recomendações dos fabricantes dos veículos incorporados ou já pertencentes à frota, conforme descrições a seguir:

Descrição
Aditivo fluido de radiador para uso em sistema de arrefecimento de veículos. Para mistura de água, com recomendação de uso igual ou superior a 60000 km ou 2 anos ou de acordo com o manual dos veículos. Satisfazendo as especificações NBR 13705 - Tipo A, SAE J1034, ASTM D-4985, D-3306, MERCEDES BENS DBL-7700.00 e DBL7700.20 - Embalagem de 1 litro.
Fluido de freio hidráulico sintético satisfazendo as especificações: DOT 4 e DOT 5.1, NBR9292 tipo 5 SAEJ 1704, FMVSS N°116, ponto de ebulição acima de 230°, aprovado para Mercedes-Benz Sprinter, com recomendação de uso igual ou superior a 60000 km ou 1 ano ou que sejam recomendados de acordo com o manual dos veículos. Embalagem de 500 ml.
Fluido da direção hidráulica mineral ATF satisfazendo as especificações: GM Tipo A, Sufixo A – MB 236,2. Embalagem de 1 litro.
Óleo lubrificante para motor diesel, base mineral SAE 15W40, satisfazendo as especificações API: CI-4/SL, Acea E7, MB228.3, Volvo VDS-3, MTU tipo 2, Mack EO-N/Eom-plus, Renault truck RLD/RLD-2, cummins ces 20076/77/78, cat ecf-2/ecf 1A, global dhd-1, deutz qdc III-10, man m 3275 - Embalagem de 1 litro.
Óleo lubrificante para motor diesel tipo van, sintético SAE 5W30, satisfazendo as especificações ACEA: C3; API: SN, MB-approval (aprovado pela Mercedes-Benz), MB 229,51 e 229,31, Renault RN0700, Renault RN0710, Gm dexos2, compatível com DPF. Embalagem de 1 Litro.
Óleo lubrificante para motor Bicomcombustível (Gasolina e Etanol), sintético SAE 5W30, satisfazendo as

especificações API: SP, GM Dexos TM (2 geração), ILSAC: GF-6, WSS-M2C946-A, MS6395, GM 6094A. Embalagem de 1 Litro.

Óleo lubrificante para motor Bicombustível (Gasolina e Etanol), sintético SAE 0W20, satisfazendo as especificações: tecnologia cooltech, API: SP, ilsac gf-6 GM Dexos 1, WSS-M2C947-A. Embalagem de 1 Litro.

Óleo Câmbio (uso na caixa de transmissão manual da M.B/Sprinter -2017 - 2019 - 2021) Especificação técnica: MB 317, aprovação MB-Approval 235.10. Semissintético Premium. Embalagem de 1 litro.

Óleo para diferencial (uso na M.B/sprinter -2017 - 2019 - 2021). Especificação técnica: MB 235.8, Viscosidade: SAE 75W-90. Embalagem de 1 litro.

Óleo caixa de mudanças para Fiat Ducato SAE 75w80 sintético, satisfazendo as especificações API: GL-5.

Óleo Câmbio (uso na caixa de transmissão da Renault/Master -2010 e 2019) 75w80, 955550, Semi Sintético. Grau de Viscosidade SAE J 306 e/ou ATF II, API GL5. Embalagem de 1 litro.

1.4 – Os itens devem ser cotados de acordo com as especificações mínimas estabelecidas neste Termo de Referência do Edital, independentemente da transcrição na Plataforma ComprasGovbr, qual pode conter pequenas diferenças.

1.5 - A presente licitação contém itens de participação exclusiva para microempresa e empresa de pequeno porte e itens de ampla participação de empresas em geral, em atendimento à Lei nº 123/2006 com as alterações inseridas pela Lei nº 147/2014.

1.6 - As quantidades são estimadas, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a contratante desobrigada da aquisição total dos produtos, e conseqüentemente do seu pagamento.

1.7 - A existência do registro de preços não obriga o CIRUSPAR a firmar as futuras contratações, sendo-lhe facultada a realização de procedimento específico para aquisição pretendida, assegurado ao beneficiário deste registro de preços a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.8 - A empresa contratada deverá atender as solicitações do CIRUSPAR mesmo que parceladamente, qualquer que seja a quantidade de fornecimento dos materiais observando os limites máximos estimados.

1.9 - O Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços.

2 – JUSTIFICATIVA

2.1 – A necessidade da contratação decorre da obrigação do CIRUSPAR em manter a frota de ambulâncias e veículos administrativos em plenas condições de funcionamento, considerando que tais veículos são instrumentos essenciais para a prestação do serviço público de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) na região Sudoeste do Paraná.

2.2 – A elevada utilização da frota, o desgaste natural das peças, a necessidade de manutenções preventivas e corretivas imediatas e a impossibilidade de interrupção dos atendimentos impõem a necessidade de contratação de fornecimento contínuo de peças, lubrificantes, aditivos, fluidos e afins.

2.3 - A inexistência de contrato vigente para esse fornecimento compromete diretamente a disponibilidade operacional das ambulâncias, podendo ocasionar paralisação de veículos, atraso em atendimentos e risco à integridade de pacientes e equipes.

2.4 - As ambulâncias são utilizadas diariamente em situações críticas de atendimento pré-hospitalar, tornando indispensável a utilização de peças genuínas ou originais de primeira linha, bem como lubrificantes, aditivos, fluidos e afins que atendam às especificações dos fabricantes dos veículos, visando garantir a segurança operacional, a eficiência das manutenções e a redução do tempo de imobilização da frota.

2.5 A contratação visa assegurar agilidade na manutenção da frota, prolongar a vida útil dos veículos e garantir a continuidade do serviço público essencial prestado pelo SAMU 192 na região Sudoeste do Paraná.

3 – JUSTIFICATIVA DA QUANTIDADE

3.1 - O dimensionamento das quantidades estimadas para a presente contratação foi realizado com base no histórico de consumo da frota do CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná, considerando a média de

utilização registrada nos últimos 12 meses, bem como a necessidade contínua de manutenção preventiva e corretiva dos veículos utilizados nos atendimentos de urgência e emergência.

3.2 - Para definição das quantidades, foram considerados fatores como o envelhecimento natural da frota, o desgaste das peças decorrente da elevada utilização das ambulâncias e veículos administrativos, o crescimento da demanda de atendimentos e a necessidade de garantir a disponibilidade operacional ininterrupta da frota.

3.3 - Também foi considerada a composição atual da frota institucional, formada por veículos de diferentes marcas e modelos, utilizados diariamente em deslocamentos operacionais e administrativos, exigindo fornecimento contínuo de peças automotivas, lubrificantes, aditivos, fluidos e materiais afins compatíveis com as especificações dos fabricantes.

3.4 - A estimativa quantitativa ainda contempla margem de segurança operacional destinada ao atendimento de situações emergenciais, aumento imprevisto de consumo, acidentes, manutenções corretivas extraordinárias e demais ocorrências que possam impactar diretamente a disponibilidade da frota.

3.5 - Dessa forma, as quantidades estimadas foram definidas com base em dados históricos de consumo, necessidades operacionais da frota e previsão de demanda futura, visando assegurar a continuidade, eficiência e segurança dos serviços prestados pelo CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná.

4 - ESTIMATIVA DE VALORES DA CONTRATAÇÃO

4.1 - O custo estimado total da futura e eventual Contratação é de **R\$ 928.712,79 (novecentos e vinte e oito mil e setecentos e doze reais e setenta e nove reais)**, conforme levantamentos do Setor de Compras do CIRUSPAR.

4.2 - Com o objetivo de estabelecer o preço de referência para encaminhamento de licitação, com embasamento na Instrução Normativa nº 65/2021 – Art. 5º, em face das características do objeto, foram utilizados os parâmetros previstos nos Incisos I – PNCP; II – Contratações similares pela Administração Pública; III – Sítios eletrônicos especializados; e também consulta a fontes complementares, neste caso o Portal Menor Preço Paraná. A pesquisa levou em consideração os dados registrados no último ano, anterior à data da pesquisa para o Estado do Paraná, quando possível.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Para atender a necessidade da contratação a empresa deve possuir ramo de atividade compatível e pertinente ao objeto.

5.2 - A contratada deverá entregar os materiais conforme estabelecido no edital e de acordo com as necessidades da contratante, independentemente da quantidade solicitada.

5.3 - Entregar os materiais em estrita conformidade com as especificações contidas no edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula.

5.4 - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência Contratual, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

5.5 - A contratada deverá adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais, responsabilizar-se pelo fornecimento dos produtos, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

5.6 - Comunicar a Contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do produto, objeto da licitação.

5.7 - Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos produtos, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros.

5.8 - Responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos produtos no local determinado pela Contratante, sendo que deverá estar incluso no valor do produto os custos com frete e demais impostos do mesmo, inclusive carga/descarga, que será de responsabilidade da Contratada.

5.9 - Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não se excluindo ou se reduzindo esta responsabilidade, o acompanhamento realizado pela contratante.

5.10 - Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento.

5.11 - Comunicar, imediatamente e por escrito, o CIRUSPAR, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.

- 5.12** - Atender com prontidão as determinações dos fiscais/gestor do Contrato que poderá sustar, total ou parcialmente, o recebimento e aceite do objeto da licitação, sempre que considerar a medida necessária.
- 5.13** - É de responsabilidade da contratada possuir em seu quadro, pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora.
- 5.14** - Observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho e obedecer às normas técnicas de proteção ao meio ambiente.
- 5.15** - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 5.16** - Garantir integralmente a qualidade dos produtos fornecidos, de acordo com as especificações contidas no Edital e na proposta de preço apresentada, ficando a licitante vencedora obrigada a corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, num prazo de até 10 (dez) dias corridos.
- 5.17** – **Fornecer garantia mínima de três (03) meses sobre todas as peças entregues.**
- 5.18** - Havendo divergência entre os produtos solicitados e os entregues, o Fiscal da Ata de Registro de Preços efetuará a notificação à empresa para que sejam sanadas as possíveis irregularidades no prazo fixado pelo fiscal do contrato devidamente justificado.
- 5.19** - Todos os casos atípicos não mencionados deverão ser apresentados à fiscalização para sua definição e determinação.
- 5.20** - Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº: 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1** - Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.
- 6.2** - Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Registro de Preços.
- 6.3** - Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento.
- 6.4** - Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste Registro de Preços, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços.
- 6.5** - Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada no cumprimento do acordo, para que sejam adotadas as medidas pertinentes.

7. ABERTURA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DOS LANCES, NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO.

- 7.1** - A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico, na data, horário e endereço eletrônico indicado neste edital.
- 7.1.1** - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.1.2** - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.2** - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.3** - Os lances deverão ser ofertados em “MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM”.
- 7.3.1** - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01% (um centésimo percentual).
- 7.3.2** - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.4** - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.5** - O licitante somente poderá oferecer lance de percentual superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.6** - O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 7.7** - Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do maior percentual de desconto registrado, sendo vedada a identificação das licitantes antes do término da fase de lances.

7.8 - Para o envio de lances do presente processo, o modo de disputa será o modo “ABERTO E FECHADO”.

7.8.1 - Neste modo, a etapa de envio de lances terá duração inicial de 15 (quinze) minutos.

7.8.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.8.3 - Após a etapa de que trata o subitem 7.8.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores até 10% (dez por cento) superior àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.3.1 - No procedimento de que trata o subitem 7.8.3, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.8.4 - Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 7.8.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no subitem 7.8.3.1.

7.8.5 - Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem decrescente.

7.9 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

7.9.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% inferiores ao maior desconto ofertado ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.9.2 - A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em percentual superior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.9.3 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.9.4 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.9.5 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.9.6 - Na hipótese de empate entre duas ou mais propostas, nos termos do item anterior, será adotada, **sucessivamente**, a seguinte ordem de critérios de desempate:

I – Disputa final, hipótese em que, identificado o empate pelo sistema, o pregoeiro convocará os licitantes empatados para apresentação de nova proposta, conforme regras do sistema Compras.gov.br;

II - Desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho;

III – Desenvolvimento, pelo licitante, de programa de integridade;

IV - Empresas estabelecidas no Estado do Paraná;

V - Empresas brasileiras.

7.9.6.1 - Caso a aplicação dos critérios previstos no item 7.9.6 não seja suficiente para solucionar o empate, será realizado **sorteio eletrônico**, automaticamente, pelo próprio sistema Compras.gov.br.

7.9.6.2 - Para fins de utilização do critério de desempate previsto no inciso II do item 7.9.6, o licitante deverá apresentar documentação comprobatória que evidencie o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho conforme IN SEGES Nº 382/2025 do Ministério das Mulheres.

7.9.6.2.1 - A licitante que se beneficiar do critério de desempate previsto no inciso II do item 7.9.6 e **não apresentar documentação comprobatória válida** será **inabilitada**.

7.9.6.3 - A Administração esclarece que, **não havendo regulamentação específica no âmbito deste órgão** acerca do programa de integridade como critério de desempate, conforme previsão do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, as empresas que se beneficiarem do critério previsto no inciso III do item 7.9.6 deverão apresentar, na fase de habilitação, documentos que comprovem a existência e a efetiva implementação do programa de integridade, ficando sujeitas a eventuais auditorias e verificações pelos órgãos de controle competentes (CGU).

7.9.6.3.1 – A licitante que se beneficiar do critério de desempate previsto no inciso III do item 7.9.6 e **não comprovar documentalmente a existência do programa de integridade será inabilitada.**

7.9.7 – A licitante inabilitada por falta de comprovação conforme itens 7.9.6.2.1 e 7.9.6.3.1, será inabilitada apenas para os itens em que usufruiu do benefício como critério de desempate.

7.10 - Finalizada a etapa de julgamento das propostas, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, e constantes no item 3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I - SICAF;

II - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

III - Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br>);

IV - Licitantes Inidôneas – mantido pelo Tribunal de Contas da União e o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e

V - Cadastro de restrições ao direito de contratar com a Administração Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

7.11 - Finalizadas as etapas de lances e eventual desempate, será iniciado o procedimento de verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado e, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação, conforme definido no edital, momento em que o Pregoeiro poderá realizar negociação, encaminhando contraproposta ao licitante que tenha apresentado o maior percentual de desconto, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.11.1 - A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser registrada por meio de chat ou em campo próprio da plataforma.

7.11.2 - A negociação somente poderá versar sobre as condições previstas neste Edital, sendo vedada a alteração do objeto, das exigências técnicas ou dos critérios de habilitação.

7.11.3 - A proposta final negociada deverá ser formalizada no sistema, em seu campo exclusivo de negociação, e posteriormente por meio do envio da proposta ajustada, contendo os novos valores e todas as condições exigidas, no prazo e forma definidos no item 8 deste Edital.

7.11.4 - O pregoeiro poderá convocar, por meio do chat da sessão pública no sistema eletrônico, qualquer licitante remanescente, respeitada a ordem de classificação, para fins de negociação do valor proposto, especialmente nos casos em que a proposta vigente esteja acima do valor estimado para a contratação ou quando as propostas anteriores tenham sido desclassificadas.

7.11.5 - A partir da convocação no chat, a licitante terá o prazo de 2 (duas) horas para manifestar formalmente seu interesse em negociar.

7.11.6 - Havendo manifestação no prazo, a negociação será conduzida pelo pregoeiro e os valores eventualmente ajustados serão registrados em campo próprio do sistema eletrônico, para aceite formal da licitante.

7.11.7 - Após o aceite dos novos valores, será solicitada a proposta ajustada, contendo a descrição do objeto, o valor final acordado e todas as demais condições exigidas neste Edital e seus anexos, observando o prazo fixado no item 8.1.

7.11.8 - A ausência de manifestação no prazo de 2 (duas) horas contadas da convocação no chat será interpretada como desinteresse na negociação, resultando na desclassificação da proposta.

7.12 - **NÃO SERÃO ADJUDICADOS VALORES ACIMA DOS VALORES DE REFERÊNCIA ESTABELECIDOS NO ITEM 1.3.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA CONSTANTE NO ANEXO I DESTA EDITAL.**

7.13 – Quando os itens estiverem agrupados, deverão ser considerados, para o envio dos lances e das propostas, os valores de referência unitários, e não o valor global do grupo.

7.13.1 – Ainda que a empresa vencedora apresente valor global inferior, não serão aceitas propostas com valores unitários superiores aos valores estimados, tendo em vista que a contratação poderá ocorrer de forma fracionada.

7.13.2 – Havendo item do grupo com valor superior ao estimado, a licitante vencedora será convocada para negociação, nos termos do item 7.11 e respectivos subitens.

7.14 - Será desclassificada a proposta vencedora que:

I - Contiver vícios insanáveis;

- II - Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- III - Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- IV - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste edital ou seus anexos, desde que insanável.

8 - DA CONVOCAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1 - Após a etapa de lances, o licitante classificado em primeiro lugar deverá encaminhar proposta ajustada ao valor final ofertado, contendo a descrição detalhada do objeto e demais condições ofertadas, no prazo de até 2 (duas) horas, contadas a partir da solicitação do pregoeiro.

8.1.1 - A licitante poderá solicitar, dentro do prazo previsto no subitem 8.1, a prorrogação por igual período, uma única vez, mediante justificativa via sistema.

8.1.2 - Caberá ao pregoeiro decidir, de forma motivada, sobre o deferimento do pedido de prorrogação.

8.1.3 - Pedidos de prorrogação apresentados após o término do prazo inicial serão indeferidos, independentemente da justificativa apresentada.

8.1.4 - A não apresentação da proposta ajustada no prazo fixado ou na prorrogação autorizada implicará a desclassificação da proposta, nos termos deste Edital.

8.2 - Caso a licitante classificada em primeiro lugar figure como vencedora provisória em mais de um item do certame, o pregoeiro poderá realizar a convocação para envio da proposta ajustada em apenas um desses itens.

8.2.1 - Nessa hipótese, a licitante deverá apresentar uma única proposta ajustada contemplando todos os itens em que tiver sido declarada vencedora provisória, com a indicação dos respectivos valores finais ofertados, em conformidade com as exigências deste Edital.

8.2.2 - Juntamente com a proposta ajustada unificada, deverão ser apresentados todos os documentos complementares pertinentes a cada item, conforme exigido no Termo de Referência, tais como: catálogos, fichas, declarações do fabricante, certificados emitidos por órgãos oficiais (ex.: INMETRO, ANVISA, etc.), ou qualquer outro documento comprobatório solicitado.

8.2.3 - A critério do pregoeiro, caso a licitante seja convocada novamente para novos itens, poderão ser aceitas propostas ajustadas enviadas separadamente para esses itens, desde que contenham todos os documentos e informações exigidas. Caso a licitante opte por reunir o novo item à proposta anterior já enviada, também será admitido, desde que respeitados todos os termos editalícios e do Termo de Referência.

8.2.4 - O envio da proposta ajustada unificada, ou das versões separadas aceitas pelo pregoeiro, deverá respeitar os prazos e condições estabelecidas nos subitens 8.1 a 8.1.2 deste Edital.

8.2.5 - O não envio da proposta ajustada dentro do prazo estipulado, ou na prorrogação autorizada, implicará na desclassificação da licitante em todos os itens nos quais figure como vencedora provisória e que façam parte da mesma convocação.

8.2.6 - Caso a proposta ajustada já tenha sido apresentada em atendimento a convocação anterior, e a licitante venha a ser convocada novamente para envio de nova proposta referente a outros itens, eventual desclassificação por inércia na segunda convocação abrangerá apenas os itens nela incluídos, permanecendo válida a proposta ajustada anteriormente encaminhada, desde que esteja em conformidade com os termos deste Edital e do Termo de Referência.

8.3 - A PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA DEVERÁ SER APRESENTADA contendo, preferencialmente: Razão social ou denominação social, número do CNPJ, endereço completo, com CEP e os números de veículos de comunicação à distância (telefone, e-mail) da empresa, redigida com clareza, sem emendas, rasuras ou borrões, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa (se Procurador acompanhado da respectiva Procuração) e conter a descrição completa dos itens/lotos vencidos, marca/modelo (quando for o caso), quantidade estimada, preço ofertado, prazo de validade da proposta, e conter a declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo de proposta, ANEXO IV deste edital.

8.3.1 - A empresa ou o consórcio deverá apresentar proposta contendo preço em todos os itens objeto deste processo.

8.3.2 - A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

8.4 - Para fins de julgamento de proposta, será considerada a proposta final ajustada enviada pela licitante, privilegiando a obtenção da proposta mais vantajosa para a administração pública, a licitante terá a faculdade de

alterar a marca, modelo e/ou fabricante no momento do envio da proposta ajustada, em relação ao que foi originalmente indicado no cadastramento da proposta inicial no sistema.

8.4.1 – Após o envio da proposta ajustada contendo marca, modelo e/ou fabricante, não será permitido realizar alterações subsequentes.

8.4.2 – A marca, modelo e/ou fabricante deverá respeitar as especificações técnicas exigidas no edital, garantindo a compatibilidade com o objeto licitado e a qualidade mínima requerida.

8.4.3 - A indicação da marca e/ou do fabricante poderá constar na proposta ajustada, em documentos complementares enviados junto com a proposta (como catálogos, fichas técnicas, declarações, entre outros), ou ainda no campo próprio da plataforma do sistema eletrônico. Quando a marca estiver claramente identificada em qualquer desses meios, será considerada válida para todos os fins, desde que haja coerência entre os elementos apresentados.

8.4.4 - A ausência de indicação direta da marca no corpo da proposta escrita não será motivo para desclassificação, desde que a informação conste de forma inequívoca nos documentos complementares apresentados ou no sistema eletrônico, e desde que atendidas todas as especificações do Termo de Referência.

8.4.5 - Caso a mesma microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora provisória de itens constantes da cota exclusiva para ME/EPP e da ampla concorrência, referentes ao mesmo objeto, e apresente valores diferentes para cada um, o pregoeiro solicitará, por meio do campo de negociação da plataforma, que o item com valor mais elevado seja ajustado para o menor valor ofertado entre eles.

8.4.6 - O ajuste de que trata o subitem anterior deverá ser formalizado pela licitante no sistema, com posterior envio da proposta ajustada unificada, contendo os dois itens com os respectivos valores compatibilizados, em observância ao princípio da vantajosidade e ao disposto no §3º do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015.

8.4.7 - A não apresentação da proposta com os valores equalizados, nos termos desta cláusula, ensejará a desclassificação da licitante apenas no(s) item(ns) em que foi exigido o ajuste para compatibilização, ou seja, naqueles cujo valor era superior e deveria ser igualado ao menor.

8.5 – O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, comunicar via chat a suspensão da sessão pública. Nesta comunicação, será informado o motivo da suspensão, bem como a nova data e horário previstos para a retomada, sempre que for necessário garantir o tempo adequado para análise de catálogos, folders, amostras, ou quaisquer outros documentos ou elementos que exijam avaliação pela equipe técnica antes da aceitação final das propostas.

8.5.1 – Quando o objeto da licitação impossibilitar a definição imediata da data de retomada da sessão no momento da suspensão, o Pregoeiro deverá, posteriormente, comunicar a nova data e horário com, no mínimo, 24 horas de antecedência. Essa comunicação será realizada via chat e publicada no quadro de avisos da sessão, assegurando ampla divulgação aos licitantes.

8.6 – Juntamente com a proposta de preços ajustada, a empresa convocada deverá apresentar **catálogos, fichas, declarações do fabricante, certificados emitidos por órgãos oficiais (ex.: INMETRO, ANVISA, etc.)**, ou qualquer outro documento solicitado, que comprove as **especificações técnicas do objeto licitado**, conforme descrito no Termo de Referência.

8.6.1 – A documentação apresentada nos termos do item 8.6 será submetida à **análise do setor técnico demandante**, responsável pela verificação de conformidade com as exigências do Termo de Referência.

8.6.2 – A exigência de apresentação da documentação prevista no item 8.6 estará expressamente indicada no descritivo de cada item, quando aplicável, como condição para aprovação da proposta.

8.6.3 – Ainda que não haja exigência expressa da documentação prevista no item 8.6, caso o licitante a apresente voluntariamente em complemento à proposta, o pregoeiro deverá encaminhá-la ao setor técnico para análise prévia à decisão quanto à aceitação da proposta.

8.6.4 – Sempre que houver análise técnica da documentação prevista no item 8.6, os respectivos **pareceres de aprovação ou reprovação** serão disponibilizados a todos os licitantes, por meio de **ambiente eletrônico compartilhado**.

8.6.4.1 – Após a conclusão da análise técnica, o pregoeiro deverá informar, no chat da sessão pública, a disponibilização dos pareceres, bem como fornecer **link de acesso** ao ambiente eletrônico compartilhado, assegurando a transparência e o acompanhamento por todos os licitantes.

8.7 – Para aprovação das propostas, a apresentação da documentação relativa aos itens descritos no item 8.5 poderá ser dispensada, a critério da equipe técnica, nos casos de produtos, marcas ou similares que já sejam de seu conhecimento.

8.8 - Identificadas inconsistências, divergências, erros ou a ausência de documentos exigidos neste Edital, o pregoeiro poderá, mediante justificativa, solicitar esclarecimentos ou o reenvio dos arquivos corrigidos por meio de diligência.

8.8.1 - O prazo para atendimento à diligência, seja para envio de esclarecimentos, de proposta ajustada ou de qualquer outro documento solicitado, será de até 2 (duas) horas, contadas a partir da solicitação formal do

pregoeiro por meio do sistema.

8.8.2- A licitante poderá solicitar, dentro do prazo previsto no subitem 8.8.1, a prorrogação por igual período, uma única vez, mediante justificativa formal.

8.8.3- Caberá ao pregoeiro decidir, de forma motivada, sobre o deferimento do pedido de prorrogação apresentado pela licitante.

8.8.4- Pedidos de prorrogação apresentados após o término do prazo inicial serão indeferidos, independentemente da justificativa apresentada.

8.8.5- A não apresentação das informações ou documentos solicitados em diligência, no prazo fixado ou na prorrogação autorizada, implicará na desclassificação da proposta, nos termos deste Edital.

8.9 - Ultrapassada a fase do julgamento de proposta, serão analisadas as condições de habilitação definidas no edital.

8.10 - A apresentação da proposta por parte do licitante significa o pleno conhecimento e sua integral concordância e adesão para com as cláusulas deste edital e seus respectivos anexos.

9 – PRAZO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 - A ata de registro de preços terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por igual período, em caso de prorrogação da vigência da ata de registro de preços, as quantidades inicialmente registradas serão renovadas, na sua totalidade, independente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível acumular com as quantidades não utilizadas.

10 - JUSTIFICATIVA PARA LICITAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP

10.1 - A presente licitação contempla itens de participação exclusiva para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), bem como itens destinados à ampla concorrência, sem reserva de cota exclusiva, em conformidade com a Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014. A não aplicação de cota reservada nos itens de ampla concorrência justifica-se pela indivisibilidade do objeto, decorrente das características da contratação e da forma de julgamento adotada, não possibilitando o fracionamento quantitativo dos itens.

11 - DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA

11.1 - A entrega das peças ou lubrificantes, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade, e será formalizada através de solicitação formal pelo setor requisitante.

11.2 - Os pedidos serão efetuados exclusivamente via e-mail, devendo a Contratada informar na proposta de preços um único e-mail para o qual os pedidos deverão ser encaminhados.

11.3 - O envio do pedido no e-mail informado na proposta será considerado como recebido e lido não podendo o fornecedor alegar desconhecimento.

11.4 - Os pedidos serão efetuados, de acordo com a necessidade, nas quantidades determinadas, através da Solicitação de Fornecimento e Nota de Empenho.

11.5 – Após solicitação, o fornecedor deverá entregar os materiais solicitados com máxima urgência, pois as ambulâncias devem ficar paradas o menor tempo possível, sendo um prazo máximo de dez (10) dias úteis.

11.5.1 - Casos extraordinários referentes a ampliação ao prazo de entrega deverão ser comunicados previamente e justificados para análise do fiscal da Ata de Registro de Preços.

11.6 – As peças automotivas, lubrificantes, aditivos, fluídos e materiais afins fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, e compatíveis com as especificações técnicas e recomendações dos fabricantes dos veículos pertencentes à frota do CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná.

11.6.1 - As peças automotivas deverão ser genuínas ou originais de primeira linha, visando assegurar a qualidade, segurança e confiabilidade das manutenções realizadas nas ambulâncias e veículos administrativos, evitando falhas prematuras e defeitos decorrentes da utilização de materiais inadequados.

11.6.2 - Entende-se por peça genuína o produto homologado pela montadora para aplicação na linha de montagem do veículo, contendo identificação da fabricante no produto e/ou embalagem, comprovando submissão ao controle de qualidade da montadora e condição de produto novo.

11.6.3 - Entende-se por peça original de primeira linha o componente novo fabricado por empresa fornecedora das montadoras, comercializado também no mercado varejista de autopeças, observando os mesmos padrões de qualidade e especificações técnicas exigidos pelos fabricantes dos veículos.

11.6.4 - Os lubrificantes, aditivos, fluídos e materiais afins deverão ser originais e atender integralmente às normas técnicas, classificações e especificações exigidas pelos fabricantes dos respectivos veículos.

11.7 – Os materiais deverão ser entregues nas cidades de Pato Branco/PR, Francisco Beltrão/PR e Realeza/PR, conforme endereço apontado pelo fiscal no momento da solicitação.

11.8 - A entrega deverá conter a quantidade total solicitada, não sendo permitida entregas parceladas, sob pena de devolução do objeto entregue incompleto, bem como aplicação das penalidades previstas no edital, salvo em casos autorizados expressamente pelo Fiscal da Ata.

11.9 - A licitante deve obedecer aos prazos estipulados, encaminhar orçamento detalhado dos materiais, acessórios e afins, com o preço real unitário e total, bem como o percentual de desconto aplicado e o valor unitário e total, deduzido o desconto adjudicado no certame, com a devida identificação/código para aferição junto à tabela (Audatex) pelo servidor designado para tal fim, momento este que será efetivado sua confirmação, e posterior liberação para compra.

11.10 - Ocorrendo divergências entre o orçamento e a tabela/referência do fiscal, será comunicada a empresa para revisão do mesmo, que deverá ser realizada sempre considerando os prazos previamente estipulados neste instrumento.

11.11 - O CIRUSPAR poderá recusar qualquer material quando entender que o mesmo, ou que os componentes empregados não sejam os especificados, ou quando entender que esteja irregular.

11.12 - Recebimento Provisório: Será recebido o objeto PROVISORIAMENTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis depois da entrega dos itens, nos termos do Art. 140, II, “a” da Lei 14.133/2021, mediante inspeção sumária do objeto pelo fiscal do contrato.

11.12.1 - O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando o Fornecedor vencedor a reparar e corrigir eventuais vícios, defeitos ou incorreções que porventura forem detectados, na forma da Lei vigente.

11.12.2 - O recebimento provisório ou definitivo dos equipamentos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.

11.12.3 - A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes.

11.12.4 - A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos que porventura forem entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do objeto.

11.12.5 - Na substituição dos materiais supra referidos, a reposição será no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do dia seguinte ao da notificação da inconformidade.

11.13 - Recebimento Definitivo: Findado o recebimento provisório, será recebido o objeto DEFINITIVAMENTE, nos termos do Art. 140, II, “b”, da Lei 14.133/2021.

11.14 - A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Ata de Registro de preços.

11.15 - Não serão aceitos, em hipótese alguma, a entrega do serviço / objeto com especificação diversa a contida na Ata de Registro de Preços.

11.16 - As quantidades/valores da contratação são estimados, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a contratante desobrigada da aquisição total dos produtos, e consequentemente do seu pagamento.

11.17 - A contratada deverá comunicar imediatamente a contratante, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega dos materiais.

11.18 - O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado a partir da publicação no PNCP e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme preconiza o artigo 84, da Lei 14.133/21.

12 - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 - Os pagamentos serão efetuados após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos produtos atestados na Nota Fiscal pelo recebedor.

12.2 - A NOTA FISCAL deverá vir com o objeto minuciosamente descrito em conformidade com o empenho, onde estão descritas as respectivas individualidades de cada um, e nos termos da instrução normativa 1234/12, da RFB que dispõe sobre o IR retido na fonte, requer seja destacado na nota fiscal a alíquota e valor do IR a ser retido.

12.3 - Constatados erros, divergências ou outra falha nos documentos apresentados à cobrança pela proponente Contratada, os pagamentos ficarão retidos até que seja realizada a correção dos problemas.

12.4 - Os pagamentos decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias:

15 - 03.001.10.122.0003.2003.3.3.90.30.00 Manutenção da Coordenação de Administração
3.3.90.30.39.01 – Pneus

- 3.3.90.30.39.03 – Baterias
- 3.3.90.30.39.05 - Lonas e pastilhas de freio
- 3.3.90.30.39.99 - Outros materiais para manutenção de veículos
- 3.3.90.30.01.06 - Lubrificantes e aditivos automotivos

12.5 - Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo se verificar a existência de saldo.

12.6 - O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada.

12.7 - A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRC para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

12.8 - Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

12.9 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10 - Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

12.11 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação

12.12 - Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CIRUSPAR, será aplicada correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde: I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento.

13. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - Adjudicado o objeto da presente licitação, o CIRUSPAR convocará o adjudicatário no prazo **de até 05 (cinco) dias úteis, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21.** A ata será encaminhada exclusivamente no e-mail apresentado na proposta de preços.

13.2 - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que ocorra dentro do prazo inicial e o motivo justificado e aceito pela Administração.

13.3 - A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital.

13.4 - Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de referência.

13.5 - O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados no PNCP e no Portal de transparência do CIRUSPAR.

13.6 - A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação.

13.7 - Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, nos termos do subitem anterior, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

14. DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

14.1 - Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados.

14.2 - Poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no art. 124, II, “d” da Lei 14.133/2021.

14.2.1 - Não serão liberadas recomposições *decorrentes de inflação*, que não configurem álea econômica extraordinária, *tampouco fato previsível*, ou ainda, que sejam enviadas após o pedido de fornecimento e emissão da respectiva Nota de Empenho.

14.3 - Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Licitações do CIRUSPAR, no e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br, desde que comunicados antes do pedido de fornecimento e emissão da respectiva Nota de Empenho.

14.4 - Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no art. 124, II, “d” da Lei 14.133/2021.

14.5 - Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento.

14.6 – Caso hajam pedidos em aberto, a licitante deverá concretizar o fornecimento do pedido em pendência para que o reequilíbrio ocorra somente para os próximos pedidos.

15. REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

15.1 - O Fiscal responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível.

15.2 - Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fiscal da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado.

15.2.1 - Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução.

16. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

16.1 - O Fornecedor terá seu registro Cancelado Quando:

16.1- A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado.

16.2 - Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa:

16.2.1 - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços.

16.2.2 - Recusar o recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

16.2.3 - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado.

16.3 – For declarado inidôneo ou impedido em licitar ou contratar com o CIRUSPAR ou qualquer um dos municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

16.4 - O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata de Registro de Preços pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro.

17 - DAS SANÇÕES:

17.1 - O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

II - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

III - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

IV - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

V - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VII - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

VIII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, as seguintes sanções:

- I – Advertência;
- II – Multa;
- III – Impedimento de licitar e contratar;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:

- I – A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II – As peculiaridades do caso concreto;
- III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV – Os danos que dela provierem para a Administração Municipal;
- V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.4. A multa a ser recolhida, calculada na forma do edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 17.1.

17.5. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens I, II e III do item 17.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do Município de Pato Branco, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

17.6. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada o responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens IV, V, VI, VII e VIII do subitem 17.1, bem como pelas infrações dos subitens I, II e III do item 17.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referido no item 17.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.7. A sanção estabelecida no subitem IV do item 17.2, será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da autoridade máxima competente do CIRUSPAR.

17.8. As sanções previstas nos subitens I, III e IV do item 17.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II do mesmo item.

17.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10 - A aplicação das sanções previstas no item 17.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CIRUSPAR.

17.11 - Da aplicação das sanções previstas no item 18 caberá recurso nos termos dos artigos 166, 167 e 168 caput da Lei 14.133/2021.

17.12 – **Todas as notificações, intimações, comunicados e outros atos, serão efetuados exclusivamente via e-mail, através do e-mail informado pela licitante para envio dos atos oficiais em seus documentos de habilitação.**

17.13 – **Os e-mails enviados pelo CIRUSPAR ao e-mail informado pela licitante serão considerados como recebidos e lidos não podendo o fornecedor alegar desconhecimento posteriormente.**

17.14 – **Os prazos concedidos para respostas, defesas e recursos, serão considerados a partir do próximo dia útil da data de envio do e-mail pelo CIRUSPAR.**

18. ANTICORRUPÇÃO:

18.1 - As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº: 8.429/1992), a Lei Federal nº: 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como, de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma

19. DO FISCAL E DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 – A ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2 - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3 - A administração indicará como Fiscal da Ata de Registro de Preços, o empregado público, **Giovane Carlos Wurzius**, dentro dos padrões determinados pela Lei de Licitações e Contratos nº Lei nº 14.133, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente no art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos.

19.4 - A Administração indicará como gestor da Ata de Registro de Preços, o empregado público **Adilson Nizer** dentro dos padrões determinados pela Lei nº 14.133 de 2021, para receber apontamentos do fiscal da ata de registro preços, bem como analisar e realizar atos que venham a alterar a execução da ata.

19.5 - As decisões e providências que ultrapassarem a competência destes, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

Declaração e Fiscal do Contrato

Declaro estar cientes das responsabilidades e atribuições decorrentes da indicação e afirmamos plena concordância com as condições estabelecidas no Termo de Referência, e demais anexos. Declaro ainda, sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras.

Pato Branco, 10 de junho de 2026.

GIOVANE CARLOS WURZIUS
Chefe de Frota

ETP – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 03/2026

1- INFORMAÇÕES GERAIS

DEMANDANTE: Giovane Carlos Wurzius

CARGO: Chefe de Frota

SETOR: Coordenação de Frota

MATRÍCULA: 108

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO E JUSTIFICATIVA

2.1 - Da necessidade

A necessidade da contratação decorre da obrigação do CIRUSPAR em manter a frota de ambulâncias e veículos administrativos em plenas condições de funcionamento, considerando que tais veículos são instrumentos essenciais para a prestação do serviço público de atendimento móvel de urgência (SAMU 192) na região Sudoeste do Paraná.

A elevada utilização da frota, o desgaste natural das peças, a necessidade de manutenções preventivas e corretivas imediatas e a impossibilidade de interrupção dos atendimentos impõem a necessidade de contratação de fornecimento contínuo de Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins.

A inexistência de contrato vigente para esse fornecimento compromete diretamente a disponibilidade operacional das ambulâncias, podendo ocasionar paralisação de veículos, atraso em atendimentos e risco à integridade de pacientes e equipes.

Assim, a contratação visa assegurar agilidade na manutenção da frota, redução do tempo de imobilização dos veículos e garantia da continuidade do serviço público essencial.

2.2 – Justificativa

As ambulâncias são utilizadas diariamente em situações críticas de atendimento pré-hospitalar, o que exige que o estado de conservação e segurança seja impecável para proteger as equipes,

pacientes e terceiros. A falta de um contrato vigente para fornecimento imediato de peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins compromete a prontidão do socorro médico na região. A utilização de peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins Genuínas ou Originais de primeira linha é indispensável para evitar falhas prematuras e garantir a segurança operacional.

O Setor de Frotas do CIRUSPAR é responsável pela manutenção dos veículos e Ambulâncias e para suprir as necessidades de Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins da frota do CIRUSPAR, visando a continuidade e eficiência nas manutenções preventivas e corretivas, contribuindo para prolongar a vida útil da frota e evitando que a mesma permaneça muitos dias inutilizada devido a manutenções corretivas. As ambulâncias são usadas diariamente para deslocamentos em atendimentos a usuários e/ou pacientes nas mais diversas situações, tornando essencial a segurança das equipes, usuários e terceiros.

3 - DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL

A aquisição de peças, lubrificantes, aditivos, fluídos e afins está prevista no **Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, no GRUPO 13.**

Essa previsão foi incluída no PCA considerando que o CIRUSPAR é responsável pelas manutenções da Frota de ambulâncias e veículos administrativos que atendem o SAMU 192 no Sudoeste do Paraná e precisam-se adquirir Peças, lubrificantes, , aditivos, fluídos e afins para realizar as manutenções da Frota.

A contratação está alinhada ao planejamento estratégico do CIRUSPAR para manutenção da capacidade operativa do SAMU - 192.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Os requisitos para esta contratação, são:

Descrição dos Itens:

Item	Descrição
1	Peças Elétricas, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.
2	Peças Elétricas, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex.

3	Peças Mecânicas, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.
4	Peças Mecânicas, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex.
5	Peças Chapeação, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.
6	Peças Chapeação, Genuína com base de preços na tabela do Sistema Audatex.
7	Peças Ar condicionado, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.
8	Peças Ar condicionado, Genuína com base de preços na tabela do Sistema Audatex.
9	Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.

- Para atender a necessidade de Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins os fornecedores devem atender as especificações técnicas contidas no descritivo dos produtos deste ETP.

- Para assegurar a qualidade das Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins que colocaremos nas ambulâncias e veículos administrativos e não correremos risco de defeitos inesperados por defeito nas peças, as peças devem ser Genuínas ou Originais de primeira linha e os Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins devem ser originais e atender as especificações dos fabricantes dos veículos.

Entende-se por **peça genuína** o produto utilizado com homologação da montadora para a linha de montagem, ou seja, com a chancela estampada no produto e na embalagem da montadora, determinando que este produto tenha sido aprovado pelo controle de qualidade e seja inteiramente novo.

Entende-se por **peças originais de primeira linha**, todos os componentes fabricados por fornecedores que abastecem as montadoras e também distribuídas diretamente no mercado varejista (autopeças) e seja inteiramente novo.

A seguir apresentamos as especificações técnicas dos lubrificantes, aditivos, fluídos e afins de acordo com as normas técnicas dos fabricantes necessários para suprir a demanda da frota e os estes devem atender a seguintes especificações:

Descrição
Aditivo fluído de radiador para uso em sistema de arrefecimento de veículos. Para mistura de água, com recomendação de uso igual ou superior a 60000 km ou 2 anos ou de acordo com o manual dos veículos. Satisfazendo as especificações NBR 13705 - Tipo A, SAE J1034, ASTM D-4985, D-3306, MERCEDES BENS DBL-7700.00 e DBL7700.20 - Embalagem de 1 litro.
Fluído de freio hidráulico sintético satisfazendo as especificações: DOT 4 e DOT 5.1, NBR9292 tipo 5 SAEJ 1704, FMVSS N°116, ponto de ebulição acima de 230°, aprovado para Mercedes-Benz Sprinter, com recomendação de uso igual ou superior a 60000 km ou 1 ano ou que sejam recomendados de acordo com o manual dos veículos. Embalagem de 500 ml.
Fluído da direção hidráulica mineral ATF satisfazendo as especificações: GM Tipo A, Sufixo A - MB 236,2. Embalagem de 1 litro.
Óleo lubrificante para motor diesel, base mineral SAE 15W40, satisfazendo as especificações API: CI-4/SL, Acea E7, MB228.3, Volvo VDS-3, MTU tipo 2, Mack EO-N/Eom-plus, Renault truck RLD/RLD-2, cummins ces 20076/77/78, cat ecf-2/ecf 1A, global dhd-1, deutz qdc III-10, man m 3275 - Embalagem de 1 litro.
Óleo lubrificante para motor diesel tipo van, sintético SAE 5W30, satisfazendo as especificações ACEA: C3; API: SN, MB-approval (aprovado pela Mercedes-Benz), MB 229,51 e 229,31, Renault RN0700, Renault RN0710, Gm dexos2, compatível com DPF. Embalagem de 1 Litro.
Óleo lubrificante para motor Bicombustível (Gasolina e Etanol), sintético SAE 5W30, satisfazendo as especificações API: SP, GM Dexos TM (2 geração), ILSAC: GF-6, WSS-M2C946-A, MS6395, GM 6094A. Embalagem de 1 Litro.
Óleo lubrificante para motor Bicombustível (Gasolina e Etanol), sintético SAE 0W20, satisfazendo as especificações: tecnologia cooltech, API: SP, ilsac gf-6 GM Dexos 1, WSS-M2C947-A. Embalagem de 1 Litro.

Óleo Câmbio (uso na caixa de transmissão manual da M.B/Sprinter -2017 - 2019 - 2021)

Especificação técnica: MB 317, aprovação MB-Approval 235.10. Semissintético Premium.

Embalagem de 1 litro.

Óleo para diferencial (uso na M.B/sprinter -2017 - 2019 - 2021). Especificação técnica: MB 235.8,

Viscosidade: SAE 75W-90. Embalagem de 1 litro.

Óleo caixa de mudanças para Fiat Ducato SAE 75w80 sintético, satisfazendo as especificações API: GL-5.

Óleo Câmbio (uso na caixa de transmissão da Renault/Master -2010 e 2019) 75w80, 955550, Semi Sintético. Grau de Viscosidade SAE J 306 e/ou ATF II, API GL5. Embalagem de 1 litro.

Se houver a necessidade de adquirir algum lubrificante, aditivos, fluídos e afins que não estiver na lista acima os lubrificantes, aditivos, fluídos e afins fornecidos devem atender as especificações e normas dos fabricantes dos veículos.

4.2 Do prazo e condições de entrega

4.2.1 - Por se tratar de manutenção de ambulâncias, temos a necessidade de realizarmos a manutenção imediata após chegar à oficina para não faltar ambulâncias para atendimento do SAMU na região Sudoeste do Paraná, desta forma é necessário que o fornecedor de prioridade na entrega das peças, em um prazo não superior a 10 dias úteis.

4.2.2 - A contratada deverá entregar as peças nos municípios em que estiverem sendo executados os serviços conforme estabelecido no ETP os municípios são os seguintes: **Pato Branco, Francisco Beltrão e Realeza**. De acordo com as necessidades da contratante, independente da quantidade solicitada.

5- ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO

O dimensionamento das quantidades a serem adquiridas foi realizado com base no memorial de cálculo descrito abaixo:

- Envelhecimento da frota atual (maior desgaste natural).
- Crescimento populacional e aumento no número de atendimentos.
- Previsão de reserva para situações atípicas (ex: acidentes de trânsito, pandemias ou surtos sazonais).
- **Frota de Referência:** Total de 54 veículos (incluindo Renault Master, Fiat Ducato, Mercedes-Benz Sprinter, Peugeot Boxer, Citroën Jumper, Chevrolet Spin e Nissan Frontier).
- **Referência de consumo anual:** Utilizou-se como referência a quantidade necessária para atender o consumo anual estimado a partir da média de consumo de Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins registradas nos últimos 12 meses, garantindo uma estimativa baseada em dados históricos de consumo.
- **Reserva Adicional:** Para atender a situações esporádicas ou emergenciais, foi prevista uma quantidade adicional como margem de segurança.
- **Levantamento para novos itens:** Foi realizado um levantamento detalhado considerando o número de veículos na Frota que necessitará de manutenções e troca de Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins, assegurando o atendimento integral das demandas de manutenções.

	VEÍCULO	ANO/ MODELO	PLACA	COMBUSTÍVEL	TIPO
01	Renault Master	2010/2010	AVK-7372	Diesel	Ambulância
02	Renault Master	2010/2010	AVU-0394	Diesel	Ambulância
03	Renault Master	2010/2010	AVB-7280	Diesel	Ambulância
04	Renault Master	2015/2016	AZL-6277	Diesel S10	Ambulância
05	Renault Master	2015/2016	AZL-8183	Diesel S10	Ambulância
06	Renault Master	2019/2020	BDO-5B99	Diesel S10	Ambulância
07	Renault Master	2019/2020	BDY-7A65	Diesel S10	Ambulância

08	Renault Master	2019/2020	BDY-2D26	Diesel S10	Ambulância
09	Renault Master	2024/2025	TAK-2E45	Diesel S10	Ambulância
10	Renault Master	2024/2025	TAJ-8I41	Diesel S10	Ambulância
11	Renault Master	2024/2025	TAR-5D74	Diesel S10	Ambulância
12	Renault Master	2024/2025	TAW-8J39	Diesel S10	Ambulância
13	Renault Master	2024/2025	TBB3F95	Diesel S10	Ambulância
14	Renault Master	2024/2025	TBR7A37	Diesel S10	Ambulância
15	Renault Master	2024/2025	TBK7E41	Diesel S10	Ambulância
16	Renault Master	2024/2025	TBK7E38	Diesel S10	Ambulância
17	Renault Master	2024/2025	TBJ7E87	Diesel S10	Ambulância
18	Renault Master	2024/2025	TBJ7F14	Diesel S10	Ambulância
19	Renault Master	2024/2025	TBP2D97	Diesel S10	Ambulância
20	Renault Master	2024/2025	TBM7H15	Diesel S10	Ambulância
21	Renault Master	2024/2025	TBQ6D44	Diesel S10	Ambulância
22	Renault Master	2024/2025	TBR4C80	Diesel S10	Ambulância
23	Renault Master	2024/2025	TBJ7F17	Diesel S10	Ambulância

	VEÍCULO	ANO/ MODELO	PLACA	COMBUSTÍVEL	TIPO
01	Fiat Doblô Adventure	2012/2013	AVN-3573	Flex	Veículo Administrativo
02	Fiat Ducato	2019/2019	BDS-9F36	Diesel	Ambulância

03	Fiat Ducato	2019/2019	BDS-9F39	Diesel	Ambulância
----	-------------	-----------	----------	--------	------------

	VEÍCULO	ANO	PLACA	COMBUSTÍVEL	TIPO
01	Peugeot Boxer	2015/2016	BBE-3668	Diesel S10	Ambulância

	VEÍCULO	ANO	PLACA	COMBUSTÍVEL	TIPO
01	Citroën Jumper	2014/2014	AZW-9819	Diesel S10	Ambulância

	VEÍCULO	ANO	PLACA	COMBUSTÍVEL	TIPO
01	Chevrolet Spin	2017/2017	FCP-6604	Flex	Veículo Administrativo

	VEÍCULO	ANO	PLACA	COMBUSTÍVEL	TIPO
01	Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCD-9851	Diesel S10	Ambulância
02	Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCC-4451	Diesel S10	Ambulância
03	Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BBY-3537	Diesel S10	Ambulância
04	Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCC-8741	Diesel S10	Ambulância
05	Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCC-4420	Diesel S10	Ambulância

06	Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCC-4479	Diesel S10	Ambulância
07	Mercedes-Benz Sprinter 415	2017/2018	BCF-3806	Diesel S10	Ambulância
08	Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDH-6G02	Diesel S10	Ambulância
09	Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDC-4C32	Diesel S10	Ambulância
10	Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDC-4C31	Diesel S10	Ambulância
11	Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDG-5H14	Diesel S10	Ambulância
12	Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDE-2I82	Diesel S10	Ambulância
13	Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDE-3E78	Diesel S10	Ambulância
14	Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDI-3S11	Diesel S10	Ambulância
15	Mercedes-Benz Sprinter 415	2018/2019	BDL-6A58	Diesel S10	Ambulância
16	Mercedes-Benz Sprinter 415	2019/2019	BDY-7A64	Diesel S10	Ambulância
17	Mercedes-Benz Sprinter 416	2021/2022	SDP-9H60	Diesel S10	Ambulância
18	Mercedes-Benz	2021/2022	SEJ-6B34	Diesel S10	Ambulância

	Sprinter 416				
19	Mercedes-Benz Sprinter 416	2022/2022	SFF-9A84	Diesel S10	Ambulância
20	Mercedes-Benz Sprinter 416	2022/2022	SFF-8A36	Diesel S10	Ambulância
21	Mercedes-Benz Sprinter 416	2022/2022	SFE-3A56	Diesel S10	Ambulância

	VEÍCULO	ANO	PLACA	COMBUSTÍVEL	TIPO
01	Nissan Frontier	2011/2012	AUK-2G31	Diesel S10	Administrativo

Observação: Os veículos acima servem apenas como parâmetro, pois se outros veículos forem incorporados à frota também serão adquiridas Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins, a partir desta licitação.

6- LEVANTAMENTO DE MERCADO

No levantamento de mercado foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para aquisição de peças automotivas, considerando critérios de economicidade, eficiência administrativa, agilidade no fornecimento e conformidade com a Lei nº 14.133/2021. Verificamos quais as alternativas disponíveis para aquisição de peças com valores atualizados que traga maiores custos /benéficos, maior agilidade e de forma que atenda as necessidades de manutenções da Frota. A seguir apresentamos as alternativas com as suas vantagens e desvantagens e qual a melhor opção para o CIRUSPAR:

6.1 Tipos de Licitação- Estratégias de Compra

6.1.1 Licitar todas as peças (Cotação por Item/Grupo):

Como funciona: Listar as peças mais comuns em um grupo (ex: filtros, pastilhas, suspensão) e licitar o menor preço por item ou grupo.

Desvantagem: É impossível prever todas as peças necessárias para uma frota variada. Gera licitações frequentes e desatualização de preços.

6.1.2 Terceirização da compra (Gerenciamento de frota):

Como funciona: Contratação de empresa especializada para gerir a manutenção e compra de peças.

Vantagem: Reduz o trabalho administrativo interno.

Desvantagem: Custo elevado da taxa de administração e complexidade na fiscalização do serviço terceirizado.

6.1.3 Licitar direto com fornecedor via Tabela Audatex (Maior Desconto):

Como funciona: A Administração utiliza uma tabela de referência de mercado (Audatex) que precifica peças. Os licitantes oferecem um percentual de desconto sobre o valor dessa tabela. Vence quem der o maior desconto.

A adoção do **Maior Desconto sobre a Tabela Audatex** via Pregão é a alternativa superior pelos seguintes custos-benefícios:

Precificação Justa e Transparente: A Audatex fornece valores de referência reais para peças genuínas, evitando o "superfaturamento" ou "subfaturamento" na licitação.

Maior Desconto (Economicidade): Em vez de travar o preço de uma peça hoje, que pode mudar amanhã, o órgão garante um desconto fixo sobre o preço de mercado na data da compra.

Flexibilidade e Ampla Variedade: Não é necessário listar milhares de itens. A tabela cobre uma imensa gama de peças de diversos veículos, facilitando a aquisição de itens inesperados.

Agilidade e Redução de Burocracia: Reduz a necessidade de realizar múltiplos processos licitatórios ao longo do ano, pois o registro de preços (Ata) tem vigência de até um ano.

Qualidade: A utilização de bases de dados confiáveis como a Audatex assegura que o desconto seja aplicado sobre produtos de qualidade, reduzindo custos de manutenção a longo prazo.

Eliminação de Custos com Terceirização: Ao comprar direto, a Administração não paga a taxa de gerenciamento de terceiros, economizando verba pública.

Eficiência na Manutenção: Peças chegam mais rápido, reduzindo o tempo de inatividade da frota (veículos parados em oficina).

Fiscalização facilitada: A conferência da Nota Fiscal fica fácil: basta conferir se o preço da peça está na Audatex e aplicar o percentual de desconto vencedor.

Em resumo, a aquisição de peças através de licitação utilizando o desconto sobre a tabela Audatex oferece o melhor equilíbrio entre agilidade, conformidade legal, qualidade das peças e economia real para o CIRUSPAR.

7- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Os valores apresentados neste **Estudo Técnico Preliminar** têm caráter complementar ao levantamento de mercado, com o objetivo de identificar não apenas o melhor produto para atender às necessidades da contratação, mas também avaliar seu custo, assegurando a **viabilidade econômica** da aquisição.

- Referência de consumo anual:

Para as Peças utilizamos como referência os valores para atender o consumo anual estimado a partir da média dos valores registradas nos últimos 12 meses, garantindo uma estimativa baseada em dados históricos de consumo. A estimativa de consumo para a presente contratação fundamentou-se no histórico de utilização da licitação anterior, especificamente no Relatório de Movimentação de Estoque compreendido entre **Junho de 2024 e Junho de 2025**. Ao analisar os itens 5 e 6 verificamos que houve pouco consumo no período utilizado como base para histórico de consumo e ao analisar os seis meses anteriores a este ETP **de Julho de 2025 a Dezembro de 2025** identificamos um aumento no consumo deste itens. E para garantirmos que os valores licitados sejam suficientes para o consumo do próximo ano consideramos o período de 6 meses sendo que os valores solicitados para compras no item 5 o valor foi 5.442,34 reais e do item 6 o valor foi 11.474,33 reais e para

termos uma estimativa de consumo nos 12 meses multiplicamos por 2, resultando em uma estimativa de consumo para 1 ano no item 5 o valor foi 10.884,68 reais e do item 6 o valor foi 22.948,66 reais.

Com relação aos lubrificantes, aditivos, fluídos e afins a estimativa de consumo para a presente contratação fundamentou-se no histórico de utilização da licitação anterior sendo que no período de 6 meses o Valor Solicitado para compras foi de 52.116,08 e para termos uma estimativa de consumo nos 12 meses multiplicamos por 2, resultando em uma estimativa de consumo para 1 ano de 104.232,16 reais.

- **Reserva Adicional:** Com o objetivo de atender as demandas futuras de Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins atender as situações esporádicas ou emergenciais, possíveis variações de consumo devido a fatores como o envelhecimento natural da frota e a imprevisibilidade de eventos externos e aumento dos valores desses itens no mercado de compras, acrescentamos uma margem de segurança operacional em relação aos históricos de consumo utilizado como base para memória de cálculo de 40 % superior ao consumo do ano anterior.

A seguir apresentamos a estimativa dos valores de contratação:

Item	Objeto	Referencia de consumo anual	Reserva Adicional	Valor Total
1	Peças Elétricas, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.	43.162,39	17.264,96	60.427,35
2	Peças Elétricas, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex.	7.370,37	2.948,15	10.318,51
3	Peças Mecânicas, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.	249.380,20	99.752,08	349.132,28
4	Peças Mecânicas, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex.	173.438,90	69.375,56	242.814,46

5	Peças Chapeação, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.	10.884,68	4.353,87	15.238,55
6	Peças Chapeação, Genuína com base de preços na tabela do Sistema Audatex.	22.948,66	9.179,46	32.128,12
7	Peças Ar condicionado, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.	19.789,17	7.915,67	27.704,83
8	Peças Ar condicionado, Genuína com base de preços na tabela do Sistema Audatex.	32.159,77	12.863,91	45.023,67
9	Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex.	104.232,16	41.692,86	145.925,02
			Total:	928.712,79

7- DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução para esta contratação é autossuficiente e não depende de complementos, como serviços de manutenção, assistência técnica ou outros fatores adicionais. Os itens a serem adquiridos, como as Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins, são produtos utilizados para a manutenção da Frota, atendendo às especificações técnicas necessárias para cada veículo do CIRUSPAR. Ao analisar o contexto do CIRUSPAR verificou-se a necessidade de licitação para aquisição de peças para a frota de veículos, a fim de que seja realizada a manutenção necessária e o funcionamento adequado dos veículos para a atividade fim (transporte da equipe e pacientes), bem como, a segurança das equipes e pacientes que utilizam a ambulância e demais veículos que circulam nas vias.

Dessa forma, a entrega dos materiais pelo fornecedor será suficiente para atender plenamente às necessidades da contratação, não havendo exigências posteriores relacionadas à manutenção, suporte técnico ou operações complementares.

8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada por itens, com o objetivo de promover maior **competitividade entre os fornecedores**, o que pode resultar em uma **redução de custos** para a administração. O parcelamento possibilita a seleção de propostas mais vantajosas em termos de preço e qualidade para cada tipo de item, além de permitir maior flexibilidade no processo licitatório. Dessa forma, a divisão da contratação em itens individuais visa otimizar a contratação, garantindo que os recursos públicos sejam utilizados de forma mais eficiente e econômica.

9- DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com base nos apontamentos apresentados neste **Estudo Técnico Preliminar**, a aquisição dos itens visa atender às **exigências legais** estabelecidas pelas Normas Regulamentadoras e demais legislações aplicáveis. Além disso, o objetivo é assegurar um ambiente de trabalho seguro e salubre aos servidores do SAMU 192, garantindo que os deslocamentos com as ambulâncias e veículos administrativos ocorram sob rigorosas condições de segurança.

O objetivo central é o suprimento ágil de peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins para manutenções preventivas e corretivas, mitigando o tempo de imobilização da frota. Busca-se, assim, a continuidade ininterrupta do serviço público de urgência e emergência através de uma logística de fornecimento eficiente.

10- PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

Para esta contratação, **não há exigências adicionais** a serem cumpridas antes da formalização do contrato. Não são necessárias licenças, estudos complementares, apresentação de garantias contratuais ou quaisquer outras providências prévias.

11- CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Para esta contratação, **há vínculos ou interdependências** com outro contrato vigente, pois para a consulta dos valores das peças é utilizado o Sistema Audatex. Para serem adquiridas as peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins, temos a necessidade de contratação complementar desse sistema para a consulta dos valores desses itens.

12- DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS

A presente contratação **não apresenta impactos ambientais significativos** que exijam medidas mitigadoras específicas. No entanto, em observância às normas de sustentabilidade, os resíduos decorrentes da manutenção, tais como peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins substituídos, são recolhidos e destinados ao descarte ambientalmente adequado por meio de empresas especializadas, garantindo a conformidade com a legislação vigente e a preservação do meio ambiente.

13- CONCLUSÃO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE.

Com base nas análises apresentadas neste **Estudo Técnico Preliminar (ETP)**, conclui-se que a contratação dos itens especificados é **viável** e atende plenamente à necessidade identificada, o fornecimento de Peças, Lubrificantes, aditivos, fluídos e afins para Manutenção da Frota, vem da necessidade de Manutenção da frota do SAMU, a fim de prestar o serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU) em toda a região Sudoeste do Paraná.

A solução proposta é tecnicamente adequada, economicamente **viável** e alinhada às diretrizes da administração pública, assegurando a eficiência na utilização dos recursos e o cumprimento das exigências legais. Dessa forma, a presente contratação se mostra essencial para a continuidade dos serviços prestados e para a Manutenção da Frota necessária para os deslocamentos para atendimentos das equipes de socorro e dos setores administrativos do SAMU – CIRUSPAR.

Pato Branco, 16 de Abril de 2026.

Giovane Carlos Wurzius

Chefe de Frota

Estudo Técnico Preliminar - N.º 01/2025

16/18

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – LICITAÇÃO DE PEÇAS E LUBRIFICANTES PARA VEÍCULOS DA FROTA DO CIRUSPAR

1. SETOR REQUISITANTE

Coordenação de Frota

2. RESPONSÁVEL PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA

Giovane Carlos Wurzius, Matrícula 108, E-mail: samusudoestepr@hotmail.com

3. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE

A aquisição das peças e lubrificantes é fundamental para garantir o funcionamento adequado dos veículos, para a solução rápida na manutenção, ficando o menor tempo o veículo parado, sem estar empregado na atividade fim, visto a necessidade de emprego da frota/ambulâncias do CIRUSPAR – SAMU/192, são necessários para salvar vidas, bem como, a segurança das equipes e dos pacientes. A substituição ou aquisição das peças e lubrificantes garantirá a continuidade das operações, redução de custos de manutenção futura, aumento da eficiência e segurança.

As ambulâncias estão constantemente em trânsito, em deslocamentos de emergência para atendimentos de acidentes, casos clínicos, transferências interhospitalares e entre outros. Este órgão é composto por ambulâncias distribuídas em toda a região Sudoeste do Paraná, que precisam realizar atendimentos em todas as cidades, bem como, algumas vezes realizar transporte fora da região.

4. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

O Plano de Contratações Anual do CIRUSPAR para 2026 prevê a realização contratações para o atendimento desta demanda.

5. EXPECTATIVA DE RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

A expectativa é atender a demanda de **Peças e Lubrificantes** necessários para a frota do CIRUSPAR, permitindo o funcionamento da frota sem interrupções, evitando paralisações maiores e/ou comprometendo a manutenção esperada. Busca-se com a manutenção preventiva reduzir a necessidade de reparos emergenciais e custos elevados com consertos, devido a falhas mais graves, prolongando a vida útil do bem público e a segurança nas operações, minimizando os riscos de acidentes e/ou falhas críticas.

6. VALOR ESTIMADO

Para fins de abertura do processo licitatório, com base no consumo recente de peças e lubrificantes adicionando reajustes de valores e demandas, o valor total médio anual ficou em R\$ **982.774,40**.

7. PREVISÃO DA DATA DE DISPONIBILIDADE

Caso adote-se solução similar àquela obtida no processo anterior, a previsão de conclusão do procedimento e disponibilização da ata de registro de preços deverá ser até dia 01/07/2026, conforme disposto no Plano de Contratações Anual de 2026.

8. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS

Estudo Técnico Preliminar:
Giovane Carlos Wurzius, Matrícula 108, E-mail: samusudoestep@hotmai.com

Pato Branco, PR - 26 de Janeiro de 2026.


Nome: Giovane Carlos Wurzius
Cargo: Chefe de Frota



ESTADO DO PARANÁ
CONS INTERM DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE PR
Rua Assis Brasil,, 608 - Vila Isabel - Pato Branco - PR
CEP: 85504-293 CNPJ: 14.896.759/0001-09 Telefone: (46) 3225-2731
E-mail: samu@patobranco.pr.gov.br Site:

Relatório de Saldos das Contratações

Entidade do Processo: CONS INTERM DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE PR
Processo: 22/2025
Entidade do Contrato: CONS INTERM DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE PR
Contratação: 104/2025 (Sequencial 1324) - Saldo controlado por: Quantidade
Fornecedor: JF BATERIAS, FILTROS E LUBRIFICANTES LTDA (CNPJ/CPF: 61.195.823/0001-04)

Item	Descrição do Material	Qtd.Contract.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
5	Óleo lubrificante para motor diesel tipo van, sintético SAE 5W30. Cód.21104 (LT)	900,000	49,95	44.955,00	528,000	26.373,60	18.581,40	372,00	528,000	26.373,60	372,000	18.581,40
8	Óleo desengripante, spray 300ml. Cód. 21107 (UN)	50,000	9,00	450,00	20,000	180,00	270,00	30,00	20,000	180,00	30,000	270,00

Quantidade total pendente de recebimento do Contrato: 402,00
Valor total pendente de recebimento do Contrato: R\$ 18.851,40

Contratação: 105/2025 (Sequencial 1325) - Saldo controlado por: Quantidade
Fornecedor: 51.521.452 SHEILA VIVIEN PADILHA APOLINARIO (CNPJ/CPF: 51.521.452/0001-50)

Item	Descrição do Material	Qtd.Contract.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
12	Óleo caixa de mudanças para Fiat Ducato SAE 75w80 sintético. Cód. 21111 (LT)	30,000	70,00	2.100,00	0,000	0,00	2.100,00	30,00	0,000	0,00	30,000	2.100,00

Quantidade total pendente de recebimento do Contrato: 30,00
Valor total pendente de recebimento do Contrato: R\$ 2.100,00

Contratação: 106/2025 (Sequencial 1326) - Saldo controlado por: Quantidade
Fornecedor: CINEPEL COM. DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA (CNPJ/CPF: 81.682.874/0001-78)

Item	Descrição do Material	Qtd.Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
2	Fluido freio hidráulico sintético DOT 4eDOT 5.1 BR9292- Cód. 21102 (UN)	150,000	34,99	5.248,50	102,000	3.568,98	1.679,52	48,00	102,000	3.568,98	48,000	1.679,52
4	Óleo lubrificante para motor diesel, base mineral SAE 15W40. Cód.21103 (LT)	300,000	31,99	9.597,00	120,000	3.838,80	5.758,20	180,00	120,000	3.838,80	180,000	5.758,20
7	Óleo lubrificante para motor Bicom bustível, sintético SAE 0W20 Cód.21106 (LT)	50,000	49,80	2.490,00	10,000	498,00	1.992,00	40,00	10,000	498,00	40,000	1.992,00
10	Óleo Câmbio (uso na caixa de transmissão manual da M.B/Sprinter - 2017 - 2019 - 2021) Cód.21109 (LT)	80,000	140,00	11.200,00	30,000	4.200,00	7.000,00	50,00	30,000	4.200,00	50,000	7.000,00

Quantidade total pendente de recebimento do Contrato: 318,00
Valor total pendente de recebimento do Contrato: R\$ 16.429,72

Contratação: 107/2025 (Sequencial 1327) - Saldo controlado por: Quantidade
Fornecedor: DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES PETRO OESTE LTDA (CNPJ/CPF: 30.572.270/0001-38)

Item	Descrição do Material	Qtd.Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
1	Aditivo fluido de radiador para uso em sistema de arrefecimento Cód. 13983 (LT)	300,000	38,99	11.697,00	192,000	7.486,08	4.210,92	108,00	192,000	7.486,08	108,000	4.210,92
13	Óleo Câmbio (uso na caixa de transmissão da Renault/Master -2010 e 2019) 75w80. Cód.21112 (LT)	50,000	64,90	3.245,00	0,000	0,00	3.245,00	50,00	0,000	0,00	50,000	3.245,00



Quantidade total pendente de recebimento do Contrato: 158,00
Valor total pendente de recebimento do Contrato: R\$ 7.455,92

Contratação: 108/2025 (Sequencial 1328) - Saldo controlado por: Quantidade
Fornecedor: DUFILTER DISTRIBUIDORA DE FILTROS E LUBRIFICANTES (CNPJ/CPF: 51.560.442/0001-23)

Item	Descrição do Material	Qtd.Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
11	Óleo para diferencial (uso na M.B/sprinter -2017 - 2019 - 2021) Cód.21110 (LT)	60,000	69,90	4.194,00	0,000	0,00	4.194,00	60,00	0,000	0,00	60,000	4.194,00

Quantidade total pendente de recebimento do Contrato: 60,00
Valor total pendente de recebimento do Contrato: R\$ 4.194,00

Contratação: 109/2025 (Sequencial 1329) - Saldo controlado por: Quantidade
Fornecedor: GASKAM COMERCIO E CONSTRUCAO CIVIL LTDA (CNPJ/CPF: 32.519.346/0001-97)

Item	Descrição do Material	Qtd.Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
6	Óleo lubrificante para motor Bicomcombustível sintético SAE 5W30 Cód.21105 (LT)	30,000	39,99	1.199,70	0,000	0,00	1.199,70	30,00	0,000	0,00	30,000	1.199,70

Quantidade total pendente de recebimento do Contrato: 30,00
Valor total pendente de recebimento do Contrato: R\$ 1.199,70

Contratação: 110/2025 (Sequencial 1330) - Saldo controlado por: Quantidade
Fornecedor: MARCATO LUBRIFICANTES LTDA (CNPJ/CPF: 51.215.894/0001-78)

Item	Descrição do Material	Qtd.Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
3	Fluido da direção hidráulica mineral ATF GM Tipo A, Sufixo A - MB 236,2 Cód.13986 (LT)	150,000	35,90	5.385,00	48,000	1.723,20	3.661,80	102,00	48,000	1.723,20	102,000	3.661,80

Item	Descrição do Material	Qtd.Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
9	Condicionador de metais sintético para motores a diesel e flex. Cód.21108 (UND)	100,000	85,00	8.500,00	50,000	4.250,00	4.250,00	50,00	50,000	4.250,00	50,000	4.250,00

Quantidade total pendente de recebimento do Contrato:152,00

Valor total pendente de recebimento do Contrato:R\$ 7.911,80

Quantidade total pendente da Entidade Contratada:1.150,000

Valor total pendente de recebimento da Entidade Contratada:R\$ 58.142,54

Quantidade total pendente do Processo:1.150,000

Valor total pendente de recebimento do Processo:R\$ 58.142,54

Quantidade total pendente da Entidade de Origem do Processo:1.150,000

Valor total pendente de recebimento da Entidade de Origem do Processo:R\$ 58.142,54





ESTADO DO PARANÁ
CONS INTERM DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE PR

Rua Assis Brasil,, 608 - Vila Isabel - Pato Branco - PR
 CEP: 85504-293 CNPJ: 14.896.759/0001-09 Telefone: (46) 3225-2731
 E-mail: samu@patobranco.pr.gov.br Site:

Relatório de Saldos das Contratações

Entidade do Processo: CONS INTERM DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE PR

Processo: 19/2025

Entidade do Contrato: CONS INTERM DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE PR

Contratação: 59/2025 (Sequencial 1312) - Saldo controlado por: Quantidade

Fornecedor: CINEPEL COM. DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA (CNPJ/CPF: 81.682.874/0001-78)

Item	Descrição do Material	Qtd. Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
1	Peças Elétricas, Originais com base de preços na tabela do S (UN)	1,000	62,50	45.000,00	43,000	14.901,99	30.098,01	-42,00	339,000	202.465,45	-338,000	-157.465,45
2	Peças Elétricas, Genuinas com base de preços na tabela do Si (UN)	1,000	67,00	45.000,00	1,000	3.290,89	41.709,11	0,00	339,000	202.465,45	-338,000	-157.465,45
3	Peças Mecânicas, Originais com base de preços na tabela do S (UN)	1,000	69,50	321.600,00	160,000	89.245,29	232.354,71	-159,00	339,000	202.465,45	-338,000	119.134,55
4	Peças Mecânicas, Genuinas com base de preços na tabela do Si (UN)	1,000	69,00	317.400,00	138,000	107.348,80	210.051,20	-137,00	339,000	202.465,45	-338,000	114.934,55
5	Peças Chapeação, Originais com base de preços na tabela do S (UN)	1,000	63,00	42.000,00	3,000	5.442,34	36.557,66	-2,00	339,000	202.465,45	-338,000	-160.465,45
6	Peças Chapeação, Genuina com base de preços na tabela do Sis (UN)	1,000	52,50	40.500,00	23,000	11.474,33	29.025,67	-22,00	339,000	202.465,45	-338,000	-161.965,45
7	Peças Ar condicionado, Originais com base de preços na tabela Audatex (UN)	1,000	64,00	50.000,00	11,000	6.680,75	43.319,25	-10,00	339,000	202.465,45	-338,000	-152.465,45
8	Peças Ar condicionado, Genuína com base de preços na tabela Audatex (UN)	1,000	60,00	40.000,00	17,000	7.255,26	32.744,74	-16,00	339,000	202.465,45	-338,000	-162.465,45

Item	Descrição do Material	Qtd.Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
------	-----------------------	--------------	--------------	------------	-----------------	--------------	-----------------	------------------	---------------	--------------	---------------	--------------

Quantidade total pendente de recebimento do Contrato:

Valor total pendente de recebimento do Contrato:

-2.704,00

-R\$ 718.223,60

Quantidade total pendente da Entidade Contratada:

Valor total pendente de recebimento da Entidade Contratada:

-2.704,000

R\$ -718.223,60

Quantidade total pendente do Processo:

Valor total pendente de recebimento do Processo:

-2.704,000


R\$ -718.223,60

Quantidade total pendente da Entidade de Origem do Processo:

Valor total pendente de recebimento da Entidade de Origem do Processo:

-2.704,000

R\$ -718.223,60



ESTADO DO PARANÁ
CONS INTERM DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE PR
Rua Assis Brasil,, 608 - Vila Isabel - Pato Branco - PR
CEP: 85504-293 CNPJ: 14.896.759/0001-09 Telefone: (46) 3225-2731
E-mail: samu@patobranco.pr.gov.br Site:

Relatório de Saldos das Contratações

Entidade do Processo: **CONS INTERM DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE PR**
Processo: 26/2024
Entidade do Contrato: CONS INTERM DA REDE DE URGENCIAS DO SUDOESTE PR
Contratação: 75/2024 (Sequencial 1005) - Saldo controlado por: Quantidade
Fornecedor: CINEPEL COM. DE PECAS E ACESSORIOS PARA VEICULOS LTDA (CNPJ/CPF: 81.682.874/0001-78)

Item	Descrição do Material	Qtd.Contract.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
1	Peças Elétricas, Originais. Cód. 15510 (UN)	1,000	62,00	66.000,00	97,000	43.162,39	22.837,61	-96,00	330,000	192.877,43	-329,000	-126.877,43
2	Peças Elétricas, Genuínas. Cód. 15511 (UN)	1,000	66,00	71.500,00	11,000	7.370,37	64.129,63	-10,00	330,000	192.877,43	-329,000	-121.377,43
3	Peças Mecânicas, Originais. Cód. 15512 (UN)	1,000	69,00	312.900,00	405,000	249.380,18	63.519,82	-404,00	330,000	192.877,43	-329,000	120.022,57
4	Peças Mecânicas, Genuínas. Cód. 15513 (UN)	1,000	70,00	310.000,00	311,000	173.438,86	136.561,14	-310,00	330,000	192.877,43	-329,000	117.122,57
5	Peças Chapeação, Originais. Cód. 15514 (UN)	1,000	59,00	82.500,00	5,000	5.239,75	77.260,25	-4,00	330,000	192.877,43	-329,000	-110.377,43
6	Peças Chapeação, Genuína. Cód. 15515 (UN)	1,000	58,00	82.500,00	4,000	3.781,38	78.718,62	-3,00	330,000	192.877,43	-329,000	-110.377,43
7	Peças Ar Condicionado, Originais. Cód. 15516. (UN)	1,000	57,00	71.500,00	32,000	19.789,17	51.710,83	-31,00	330,000	192.877,43	-329,000	-121.377,43
8	Peças Ar Condicionado, Genuína. Cód. 15517. (UN)	1,000	54,00	69.300,00	29,000	32.159,77	37.140,23	-28,00	330,000	192.877,43	-329,000	-123.577,43

Item	Descrição do Material	Qtd.Contrat.	VI. Unitário	VI. Licit.	Qtd. Solicitada	VI. Solicit.	VI. a Solicitar	Qtd. a Solicitar	Qtd. Recebida	VI. Recebido	Qtd. Pendente	VI. Pendente
------	-----------------------	--------------	--------------	------------	-----------------	--------------	-----------------	------------------	---------------	--------------	---------------	--------------

Quantidade total pendente de recebimento do Contrato:

Valor total pendente de recebimento do Contrato:

-2.632,00

-R\$ 476.819,44

Quantidade total pendente da Entidade Contratada:

Valor total pendente de recebimento da Entidade Contratada:

-2.632,000

R\$ -476.819,44

Quantidade total pendente do Processo:

Valor total pendente de recebimento do Processo:

-2.632,000

R\$ -476.819,44

Quantidade total pendente da Entidade de Origem do Processo:

Valor total pendente de recebimento da Entidade de Origem do Processo:

-2.632,000

R\$ -476.819,44

Assinantes

✓ **GIOVANE CARLOS WURZIUS**

Assinou em 20/05/2026 às 17:57:40 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.200.169-**

Eu, GIOVANE CARLOS WURZIUS, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud** e insira o código abaixo:

DLM

8K8

KX3

8GW

ANEXO III - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/2026

Ata de Registro de Preços nº XX

Aos ____ dias do mês de ____ do ano dois mil e vinte e seis (2026), na Sede Administrativa do CIRUSPAR, na Rua Assis Brasil, nº 608, Vila Isabel, em Pato Branco - PR, o Consórcio Intermunicipal da Rede de Urgência do Sudoeste do Paraná - CIRUSPAR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 14.896.759/0001-09, com sede e foro na Rua Assis Brasil, 608, Vila Isabel, em Pato Branco – PR, neste ato representado pelo seu presidente, o Sr. Anderson Manique Barreto, brasileiro, portador do RG nº 5.228.761-8 SSP/PR, inscrito no CPF nº 967.311.099-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Palotti, nº 271, Bairro Frizon, na cidade de Coronel Vivida/PR - CEP: 85.550-000, de ora em diante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº _____, Inscrição Estadual nº _____, estabelecida na _____, representada pelo Sócio proprietário, o Sr. ____, brasileiro, inscrito no CPF nº ____, portador do RG nº ____, residente e domiciliado _____, denominada **CONTRATADA**, classificada em primeiro lugar, e tendo em vista às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, firmam a presente Ata de Registro de Preços, oriunda do **Pregão nº 3/2026**, em conformidade com as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 que tem efeito de compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no Edital e na proposta de preços. **OBJETO:** Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças automotivas originais e genuínas, lubrificantes, fluidos, aditivos e afins, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota do CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná, com valores baseados no Sistema Audatex. A quantidade apurada por estimativa, com previsão de entrega fragmentada, de acordo com a necessidade, mediante requisição prévia. As condições de entrega, recebimento e pagamento são as constantes no Anexo I do Edital – Termo de Referência, o qual é parte integrante desta ata independentemente de transcrição. **DA ADESÃO E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES:** Além do órgão gerenciador, não há outros órgãos e entidades participantes deste registro de preços. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação. **DAS CONTRATAÇÕES DECORRENTES DESTA ATA:** As contratações serão formalizadas por nota de empenho encaminhada, ao e-mail do FORNECEDOR. **DA VIGÊNCIA DA ATA:** O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 meses contados da data de publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e no Diário Oficial de circulação regional, podendo ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme preconiza o artigo 84, da Lei 14.133/21. **DOS PRAZOS, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA:** A entrega das peças ou lubrificantes, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade, e será formalizada através de solicitação formal pelo setor requisitante. Os pedidos serão efetuados exclusivamente via e-mail, devendo a Contratada informar na proposta de preços um único e-mail para o qual os pedidos deverão ser encaminhados. O envio do pedido no e-mail informado na proposta será considerado como recebido e lido não podendo o fornecedor alegar desconhecimento. Os pedidos serão efetuados, de acordo com a necessidade, nas quantidades determinadas, através da Solicitação de Fornecimento e Nota de Empenho. **Após solicitação, o fornecedor deverá entregar os materiais solicitados com máxima urgência, pois as ambulâncias devem ficar paradas o menor tempo possível, sendo um prazo máximo de dez (10) dias úteis. Casos extraordinários referentes a ampliação ao prazo de entrega deverão ser comunicados previamente e justificados para análise do fiscal da Ata de Registro de Preços.** As peças automotivas, lubrificantes, aditivos, fluidos e materiais afins fornecidos deverão ser novos, sem uso anterior, e compatíveis com as especificações técnicas e recomendações dos fabricantes dos veículos pertencentes à frota do CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná. As peças automotivas deverão ser genuínas ou originais de primeira linha, visando assegurar a qualidade, segurança e confiabilidade das manutenções realizadas nas ambulâncias e veículos administrativos, evitando falhas prematuras e defeitos decorrentes da utilização de materiais inadequados. Entende-se por peça genuína o produto homologado pela montadora para aplicação na linha de montagem do veículo, contendo identificação da fabricante no produto e/ou embalagem, comprovando submissão ao controle de qualidade da montadora e condição de produto novo. Entende-se por peça original de primeira linha o componente novo fabricado por empresa fornecedora das montadoras, comercializado também no mercado varejista de autopeças, observando os mesmos padrões de qualidade e especificações técnicas exigidos pelos fabricantes dos veículos. Os lubrificantes, aditivos, fluidos e materiais afins deverão ser originais e atender integralmente às normas técnicas, classificações e especificações exigidas pelos fabricantes dos respectivos veículos. **Os materiais deverão ser entregues nas cidades de Pato Branco/PR, Francisco Beltrão/PR e Realeza/PR, conforme endereço apontado pelo fiscal no momento da solicitação.** A entrega deverá conter a quantidade total solicitada, não sendo permitida entregas parceladas, sob pena de devolução do objeto entregue incompleto, bem como aplicação das penalidades previstas no edital. A licitante deve obedecer aos prazos estipulados, encaminhar orçamento detalhado dos materiais, acessórios e afins, com o preço real unitário e total, bem como o percentual de desconto aplicado e o valor unitário e total, deduzido o desconto adjudicado no certame, com a devida identificação/código para aferição junto à tabela (Audatex) pelo servidor designado para tal fim, momento este que será efetivado sua confirmação, e posterior liberação para compra. Ocorrendo divergências entre o orçamento e a tabela/referência do fiscal, será comunicada a empresa para revisão do mesmo, que deverá ser realizada sempre considerando os prazos previamente estipulados

neste instrumento. O CIRUSPAR poderá recusar qualquer material quando entender que o mesmo, ou que os componentes empregados não sejam os especificados, ou quando entender que esteja irregular. **Recebimento Provisório:** Será recebido o objeto PROVISORIAMENTE, no prazo de 07 (sete) dias úteis depois da entrega dos itens, nos termos do Art. 140, II, “a” da Lei 14.133/2021, mediante inspeção sumária do objeto pelo fiscal do contrato. O recebimento dos materiais licitados está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando o Fornecedor vencedor a reparar e corrigir eventuais vícios, defeitos ou incorreções que porventura forem detectados, na forma da Lei vigente. O recebimento provisório ou definitivo dos equipamentos não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor e alterações subsequentes. A empresa fornecedora dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos produtos que porventura forem entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do objeto. Na substituição dos materiais supra referidos, a reposição será no prazo de 10 (dez) dias corridos, a contar do dia seguinte ao da notificação da inconformidade. **Recebimento Definitivo:** Findado o recebimento provisório, será recebido o objeto DEFINITIVAMENTE, nos termos do Art. 140, II, “b”, da Lei 14.133/2021. A assinatura no conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo da mercadoria ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho/Ata de Registro de preços. Não serão aceitos, em hipótese alguma, a entrega do serviço / objeto com especificação diversa a contida na Ata de Registro de Preços. As quantidades/valores da contratação são estimados, sendo que ao término de vigência da Ata de Registro de Preços, o remanescente ficará automaticamente suprimido, ficando a contratante desobrigada da aquisição total dos produtos, e consequentemente do seu pagamento. A contratada deverá comunicar imediatamente a contratante, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega dos materiais. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano, contado a partir da publicação no PNCP e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme preconiza o artigo 84, da Lei 14.133/21. **CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os pagamentos serão efetuados após a entrega dos produtos, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos produtos atestados na Nota Fiscal pelo recebedor. A NOTA FISCAL deverá vir com o objeto minuciosamente descrito em conformidade com o empenho, onde estão descritas as respectivas individualidades de cada um, e nos termos da instrução normativa 1234/12, da RFB que dispõe sobre o IR retido na fonte, requer seja destacado na nota fiscal a alíquota e valor do IR a ser retido. Constatados erros, divergências ou outra falha nos documentos apresentados à cobrança pela proponente Contratada, os pagamentos ficarão retidos até que seja realizada a correção dos problemas. Os pagamentos decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias: 15 - 03.001.10.122.0003.2003.3.3.90.30.00 Manutenção da Coordenação de Administração 3.3.90.30.39.01 – Pneus 3.3.90.30.39.03 – Baterias 3.3.90.30.39.05 - Lonas e pastilhas de freio 3.3.90.30.39.99 - Outros materiais para manutenção de veículos 3.3.90.30.01.06 - Lubrificantes e aditivos automotivos. Por se tratar de Registro de Preços, a reserva da dotação orçamentária deverá ser efetuada no ato da aquisição, devendo se verificar a existência de saldo. O pagamento será efetuado exclusivamente através de depósito em conta bancária de titularidade da contratada. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF ou CRC para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CIRUSPAR, será aplicada correção monetária pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pelo IBGE, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, sendo os juros de mora calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $I = (TX / 100) / 365$ EM = $I \times N \times VP$ Onde: I = Índice de atualização financeira; TX = Percentual da taxa de juros de mora anual; EM = Encargos moratórios; N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento. **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:** Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada. Notificar, formal e tempestivamente, a Contratada sobre as irregularidades observadas no cumprimento deste Registro de Preços. Aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes, em caso de inadimplemento. Comunicar prontamente a Contratada, qualquer anormalidade no objeto deste Registro de Preços, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços. Comunicar à Contratada qualquer irregularidade manifestada no cumprimento do acordo, para que sejam adotadas as medidas pertinentes. **DAS**

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Para atender a necessidade da contratação a empresa deve possuir ramo de atividade compatível e pertinente ao objeto. A contratada deverá entregar os materiais conforme estabelecido no edital e de acordo com as necessidades da contratante, independentemente da quantidade solicitada. Entregar os materiais em estrita conformidade com as especificações contidas no edital e proposta de preços apresentada, à qual se vincula. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a vigência Contratual, informando à Contratante a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições. A contratada deverá adotar medidas, precauções e cuidados especiais para evitar danos materiais e pessoais, responsabilizar-se pelo fornecimento dos produtos, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros. Comunicar a Contratante, imediatamente, a ocorrência de qualquer fato que possa implicar no atraso da entrega do produto, objeto da licitação. Responsabilizar-se integralmente pela entrega dos produtos, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, preposto, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar à Contratante e a terceiros. Responsabilizar-se pelo transporte e entrega dos produtos no local determinado pela Contratante, sendo que deverá estar incluso no valor do produto os custos com frete e demais impostos do mesmo, inclusive carga/descarga, que será de responsabilidade da Contratada. Responder por danos e desaparecimentos de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ou preposto à contratante ou a terceiros, desde que fique comprovada sua culpa ou dolo, não se excluindo ou se reduzindo esta responsabilidade, o acompanhamento realizado pela contratante. Certificar-se, preliminarmente, de todas as condições exigidas no Edital, não sendo levada em consideração qualquer argumentação posterior de desconhecimento. Comunicar, imediatamente e por escrito, o CIRUSPAR, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias. Atender com prontidão as determinações dos fiscais/gestor do Contrato que poderá sustar, total ou parcialmente, o recebimento e aceite do objeto da licitação, sempre que considerar a medida necessária. É de responsabilidade da contratada possuir em seu quadro, pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, como única empregadora. Observar rigorosamente as normas de segurança, higiene e medicina do trabalho e obedecer às normas técnicas de proteção ao meio ambiente. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre. Garantir integralmente a qualidade dos produtos fornecidos, de acordo com as especificações contidas no Edital e na proposta de preço apresentada, ficando a licitante vencedora obrigada a corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, num prazo de até 10 (dez) dias corridos. **Fornecer garantia mínima de três (03) meses sobre todas as peças entregues.** Havendo divergência entre os produtos solicitados e os entregues, o Fiscal da Ata de Registro de Preços efetuará a notificação à empresa para que sejam sanadas as possíveis irregularidades no prazo fixado pelo fiscal do contrato devidamente justificado. Todos os casos atípicos não mencionados deverão ser apresentados à fiscalização para sua definição e determinação. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, conforme Lei nº: 8.078/90, que sejam compatíveis com o regime de direito público. **DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** Adjudicado o objeto da presente licitação, o CIRUSPAR convocará o adjudicatário no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, para assinar a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair ao direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/21. A ata será encaminhada exclusivamente no e-mail apresentado na proposta de preços. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que ocorra dentro do prazo inicial e o motivo justificado e aceito pela Administração. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital. Serão formalizadas tantas atas de registro de preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de referência. O preço registrado e a indicação dos fornecedores serão disponibilizados no PNCP e no Portal de transparência do CIRUSPAR. A recusa do adjudicatário em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido no edital, permitirá a convocação dos licitantes que aceitarem fornecer os bens, executar as obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, seguindo a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei e no edital da licitação. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços, nos termos do subitem anterior, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório. **DO FISCAL E DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** A ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, o pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021. A administração indicará como Fiscal da

Ata de Registro de Preços, o empregado público, **Giovane Carlos Wurzius**, dentro dos padrões determinados pela Lei de Licitações e Contratos nº Lei nº 14.133, que será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da sua execução, procedendo ao registro das ocorrências e adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro os resultados previstos no contrato. Entre suas atribuições está a de apurar a ocorrência de quaisquer circunstâncias que incidam especificamente no art. 117 da Lei nº 14.133 de 2021, que trata das Sanções Administrativas para o caso de inadimplemento contratual e cometimento de outros atos ilícitos. A Administração indicará como gestor da Ata de Registro de Preços, o empregado público **Adilson Nizer**, dentro dos padrões determinados pela Lei nº 14.133 de 2021, para receber apontamentos do fiscal da ata de registro preços, bem como analisar e realizar atos que venham a alterar a execução da ata. As decisões e providências que ultrapassem a competência destes, deverão ser solicitadas à autoridade superior, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes. **DO REAJUSTE DE PREÇOS E REEQUILIBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO** Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados. Poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto no art. 124, II, “d” da Lei 14.133/2021. Não serão liberadas recomposições *decorrentes de inflação*, que não configurem álea econômica extraordinária, *tampouco fato previsível*, ou ainda, que sejam enviadas após o pedido de fornecimento e emissão da respectiva Nota de Empenho. Os pedidos de recomposição de valores deverão ser protocolados junto ao Setor de Protocolo do CIRUSPAR ou no e-mail: licitacao@ciruspar.pr.gov.br, desde que comunicados antes do pedido de fornecimento e emissão da respectiva Nota de Empenho. Somente serão analisados os pedidos de recomposição de valores que contenham todos os documentos comprobatórios para a referida recomposição, conforme disposto no art. 124, II, “d” da Lei 14.133/2021. Os valores recompostos somente serão repassados após a assinatura, devolução do Termo assinado (conforme o caso) e publicação do Termo de Aditamento. Caso haja pedidos em aberto, a licitante deverá concretizar o fornecimento do pedido em pendência para que o reequilíbrio ocorra somente para os próximos pedidos. **REVISÃO DO REGISTRO DE PREÇOS** O Fiscal responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar, periodicamente, os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo, para tanto, valer-se de pesquisa de preços ou de outro processo disponível. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fiscal da Ata de Registro de Preços deverá convocar o fornecedor visando à negociação para a redução de preços e a sua adequação ao praticado pelo mercado. Frustrada a negociação, o fornecedor poderá ser liberado do compromisso assumido, desde que comprovadamente demonstre a inviabilidade de redução. **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS** O Fornecedor terá seu registro Cancelado Quando: A pedido, quando provar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado. Por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa: Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços. Não comparecer ou se recusar a retirar a respectiva Nota de Empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado. For declarado Inidôneo ou impedido em licitar ou contratar com o CIRUSPAR ou qualquer um dos municípios Consorciados nos termos do artigo 156, inciso IV, da Lei federal nº 14.133, de 2021. O cancelamento do registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata de Registro de Preços pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro. **ANTICORRUPÇÃO** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº: 8.429/1992), a Lei Federal nº: 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução desta Ata nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como, de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto desta Ata, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma. **DAS SANÇÕES** O licitante será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações: Deixar de entregar a documentação exigida para o certame; Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação; V - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas, as seguintes sanções: advertência; multa; impedimento de licitar e contratar; declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto; as circunstâncias agravantes ou atenuantes; os danos que dela provierem para a Administração; V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle. A multa a ser recolhida, calculada na forma do

edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 18.1. O impedimento de licitar e contratar será aplicado ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens I, II e III do item 18.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CONSÓRCIO pelo prazo máximo de 3 (três) anos. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada o responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens IV, V, VI, VII e VIII do subitem 18.1, bem como pelas infrações dos subitens I, II e III do item 18.1 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referido no item 18.5, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos. A sanção estabelecida no subitem IV do item 18.2, será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva da Coordenação Geral. As sanções previstas nos subitens I, III e IV do item 18.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II do mesmo item. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente. A aplicação das sanções previstas no item 18.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração. Da aplicação das sanções previstas no item 18 caberá recurso nos termos dos artigos 166, 167 e 168 caput da Lei 14.133/2021. **Todas as notificações, intimações, comunicados e outros atos, serão efetuados exclusivamente via e-mail, através do e-mail informado pela licitante para envio dos atos oficiais em seus documentos de habilitação. Os e-mails enviados pelo CIRUSPAR ao e-mail informado pela licitante serão considerados como recebidos e lidos não podendo o fornecedor alegar desconhecimento posteriormente. Os prazos concedidos para respostas, defesas e recursos, serão considerados a partir do próximo dia útil da data de envio do e-mail pelo CIRUSPAR. DA UTILIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS Poderão utilizar-se desse Registro de Preços todos os setores do CIRUSPAR. DA VINCULAÇÃO Esta ata está vinculada ao edital de *Pregão nº 6/2026* e à proposta do licitante vencedor. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a Sessão, onde após lida e aprovada esta ata, vai assinada pelas partes interessadas.**

CIRUSPAR - Contratante
Anderson Manique Barreto – Presidente do CIRUSPAR

_____- **Contratada**
_____- **Representante Legal**

Anexo I - Descrição dos Itens Registrados

Item	Especificação	Percentual mínimo de desconto %	Valor Total Estimado R\$
1	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Elétricas, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14977 CATMAT 446573	%	60.427,35
2	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Elétricas, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14978 CATMAT 446573	%	10.318,51
3	AMPLA PARTICIPAÇÃO EMPRESAS EM GERAL Peças Mecânicas, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14979. CATMAT 446573	%	349.132,28
4	AMPLA PARTICIPAÇÃO EMPRESAS EM GERAL Peças Mecânicas, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14980. CATMAT 446573	%	242.814,46



5	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Chapeação, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14981. CATMAT 446573	%	15.238,55
6	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Chapeação, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14982. CATMAT 446573	%	32.128,12
7	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Ar condicionado, Originais com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14983. CATMAT 446573	%	27.704,83
8	EXCLUSIVO ME/EPP Peças Ar condicionado, Genuínas com base de preços na tabela do Sistema Audatex. Cód. 14984. CATMAT 446573	%	45.023,67
9	AMPLA PARTICIPAÇÃO EMPRESAS EM GERAL Lubrificantes aditivos, fluídos e afins, Originais com base de preços na tabela do sistema Audatex. Cód. 21684 - CATMAT 446936	%	145.925,02
TOTAL DO EDITAL			R\$ 928.712,79

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

A/C

Pregoeiro (a) do CIRUSPAR

Edital de Pregão Eletrônico nº 6/2026

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____ - _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe que tem por objeto Formação de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de peças automotivas originais e genuínas, lubrificantes, fluidos, aditivos e afins, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota do CIRUSPAR – SAMU 192 Sudoeste do Paraná, com valores baseados no Sistema Audatex. A quantidade foi apurada por estimativa, conforme especificações a seguir:

Item	Qtde	Unid	Descrição	Marca/Modelo	Valor Unit R\$	Vlr. Total R\$

Prazo de Validade da Proposta é de: 60 dias.

Contato para envio de pedidos e empenhos

Nome:

E-mail:

Fone:

Dados Bancários para Pagamentos

Banco:

Ag:

Op:

C/C:

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

**ANEXO V - MODELO DA DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E CUMPRIMENTO DO
DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.**

A/C

Pregoeiro (a) do CIRUSPAR

Edital de Pregão Eletrônico nº 6/2026

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do artigo 68, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos (art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal). Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

I - Até a presente data, inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

II - Não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

III - Que para cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.

IV - Comprometemo-nos a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

V - Declaração de que não tenham celebrado contratos com a administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

VI - Que não existe em seu quadro de empregados, servidor (es) público (s) da contratante, exercendo função(ões) de gerência, administração ou tomada de decisões.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A/C

Pregoeiro (a) do CIRUSPAR

Edital de Pregão Eletrônico nº 6/2026

A Empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____ - _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para fins do disposto no Edital em epígrafe, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e Data.

Assinatura do Representante Legal